

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA  
CURSO DE PEDAGOGIA

**JULYENNE DOS SANTOS MAIA**

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR EM SÃO LUÍS-MA: uma investigação sobre desafios e perspectivas dos  
educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental**

SÃO LUÍS - MA

2019

JULYENNE DOS SANTOS MAIA

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR EM SÃO LUÍS-MA: uma investigação sobre desafios e perspectivas dos  
educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual do Maranhão- UEMA; como  
requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura  
em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ma. Terezinha de Jesus Amaral  
da Silva.

SÃO LUÍS – MA

2019

Maia, Julyenne dos Santos.

O processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular em São Luís – MA: uma investigação sobre desafios, perspectivas dos educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Julyenne dos Santos Maia. – São Luís, 2019.

89fls.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Ma. Terezinha de Jesus Amaral da Silva. 1.Currículo. 2.Base Nacional Comum. 3.Educação. I.Título

CDU: 37.016(812.1)

JULYENNE DOS SANTOS MAIA

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR EM SÃO LUÍS-MA: uma investigação sobre desafios e perspectivas dos  
educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia  
da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA;  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
licenciatura em Pedagogia.

Monografia entregue em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Terezinha de Jesus Amaral da Silva  
(Orientadora)

---

1º Examinador (a)

---

2º Examinador (a)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo seu imenso amor natural, intrínseco, visceral e renovável que sempre consegue ultrapassar todas as definições;

À Universidade Estadual do Maranhão, que proporcionou as condições necessárias à minha formação, sobretudo pelo seu suporte para a realização deste estudo;

À Prof.<sup>a</sup> Ma. Terezinha de Jesus Amaral da Silva, orientadora, pelo seu exemplo acadêmico, ajuda e disponibilidade em ter acolhido esta pesquisa.;

Aos coordenadores, diretores e aos professores das escolas públicas municipais de São Luís – MA que foram participantes deste trabalho, pela sua excelente recepção e entendimento de que este estudo é relevante e está intimamente ligado à sua formação profissional;

Agradeço aos meus pais Enilde Maia e Júlio Maia que verdadeiramente são a base de sustento da minha vida, sem eles eu nada seria. À minha irmã Paula Maia pelo seu exemplo, incentivo e ajuda nos momentos mais conflitantes da pesquisa. Vocês são exemplos para mim!

Gratidão a todos os meus familiares pelas vibrações positivas e comemorações de cada degrau vencido. Ainda temos muitos a comemorar! Deixo um carinho especial à minha avó Raimunda Francisca ao exemplo de mulher que és, pela sua sabedoria e zelo que me acariciam. Te amo mãe - avó!

Ao Bruno Henrick, meu namorado e companheiro de longas datas que está comigo durante todo esse processo, incentivando e ajudando a enfrentar todos os desafios com muita positividade. Muito carinho pela sua vida! O seu espaço e ombro amigo fizeram total diferença ao longo desse percurso!

Aos amigos(a) e espaços que constitui e estive presente graças ao Curso de Pedagogia, todos esses momentos foram especiais e enriquecedores para o meu crescimento;

Um salve! A uma amizade que constitui ao longo da academia, Kelyane Sousa, minha companheira de luta e de responsabilidade. Muito obrigada pelo suporte, confiança e pela relação que pudemos construir durante o curso. Você me inspira!

Por fim, mas não menos importante, ao meu cachorro Snoop Doog Cubano. Um ser irracional, mas que estava presente nas tardes e noites em que me debruçava sobre esse estudo. Obrigada por me trazer a bola para brincar, e me lembrar que eu não estava sozinha. Você me faz sentir feliz e amada. Gratidão!

## RESUMO

O trabalho apresentado versa sobre o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular em escolas de São Luís do Maranhão. Trata-se de uma investigação sobre os desafios e as perspectivas dos educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Converte pontos como concepção de currículo e sua subordinação à BNCC; determinações legais; num percurso histórico e político desde a elaboração da BNCC até o presente momento, em que as equipes escolares estão num processo de implementação complexo e necessário. Neste estudo, explicita-se a evolução da segunda para a terceira versão desse documento, buscando -se compreender os fundamentos teóricos, políticos e ideológicos de seus textos e suas proposições. Adotou-se uma metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, prezando-se por um olhar interpretativo, priorizando-se uma análise documental e uma investigação de campo. Nesta última, utilizou-se como técnica principal uma entrevista semiestruturada com o total de 15 professores de distintas escolas para verificar atitudes, condutas, reações e perspectivas sobre seu entendimento até o momento presente sobre a BNCC, bem como os desafios apresentados a sua implementação. Concebe-se este estudo inacabado, estado disponível à apreciação no sentido de que haja continuidade do mesmo em momentos acadêmicos posteriores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo. Política. Base Nacional. Implementação. Escolas.

## **ABSTRACT**

The present paper is about the process of implementation of the National Curricular Common Base in schools of São Luís do Maranhão. It is an investigation into the challenges and perspectives of early childhood educators. Converges points as curriculum design and its underlay to BNCC; legal determinations; in a historical and political way since the BNCC was elaborated until the present moment in which the school teams are in a process of complex and necessary implementation. In this study, we explain the evolution from the second to the third version of this document, seeking to understand the theoretical, political and ideological foundations of its texts and its propositions. A methodology of research of qualitative approach was adopted, taking precedence for an interpretative look, prioritizing a documentary analysis and a field investigation. In the latter, a semi-structured interview with a total of 15 teachers from different schools was used as the main technique to verify attitudes, behaviors, reactions and perspectives about their understanding to the present moment about the BNCC, as well as the challenges presented to its implementation. This unfinished study is conceived, a state available to the appreciation in the sense that there is continuity of the same in later academic moments.

**KEY WORDS:** Curriculum. Politics. National Basis. Implementation. Schools.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Localização das Instituições de Ensino.....	59
Quadro 2	- Demonstrativo referente ao entendimento dos professores quanto à definição do que é o currículo da escola U.E.B Maria Alice Coutinho.....	61
Quadro 3	- Demonstrativo referente ao entendimento dos professores quanto à definição do que é o currículo da escola U.E.B Professor Mata Roma. ....	61
Quadro 4	- Demonstrativo referente ao entendimento dos professores quanto à definição do que é o currículo da escola U.E.B Santo Antônio.....	61
Quadro 5	- Demonstrativo referente ao posicionamento dos professores quanto ao conhecimento do documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Maria Alice Coutinho.....	64
Quadro 6	- Demonstrativo referente ao posicionamento dos professores quanto ao conhecimento do documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Professor Mata Roma.....	64
Quadro 7	- Demonstrativo referente ao posicionamento dos professores quanto ao conhecimento do documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Santo Antônio .....	64
Quadro 8	- Demonstrativo referente a impressão dos professores ao documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Maria Alice Coutinho ....	65
Quadro 9	- Demonstrativo referente a impressão dos professores ao documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Professor Mata Roma ....	66
Quadro 10	- Demonstrativo referente a impressão dos professores ao documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Santo Antônio .....	66
Quadro 11	- Demonstrativo sobre a discussão ou formação dos professores acerca da Base Nacional Comum na escola U.E.B Maria Alice Coutinho.....	68
Quadro 12	- Demonstrativo sobre a discussão ou formação dos professores acerca da Base Nacional Comum na escola U.E.B Professor Mata Roma.....	69
Quadro 13	- Demonstrativo sobre a discussão ou formação dos professores acerca da Base Nacional Comum na escola U.E.B Santo Antônio.....	69
Quadro 14	- Demonstrativo sobre as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC na escola U.E.B Maria Alice Coutinho.....	72



Quadro 15	- Demonstrativo sobre as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC na escola U.E.B Professor Mata Roma.....	72
Quadro 16	- Demonstrativo sobre as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC na escola U.E.B Santo Antônio.....	73
Quadro 17	- Demonstrativo sobre o posicionamento crítico dos professores quanto à política da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Maria Alice Coutinho .....	76
Quadro 18	- Demonstrativo sobre o posicionamento crítico dos professores quanto à política da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Professor Mata Roma.....	76
Quadro 19	- Demonstrativo sobre o posicionamento crítico dos professores quanto à política da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Santo Antônio .....	77

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO .....</b>	<b>15</b>
<b>3 DETERMINAÇÕES LEGAIS, HISTÓRICAS E POLÍTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 Um histórico da Base Nacional Comum Curricular .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Evolução da segunda para a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular</b>	<b>35</b>
<b>3.3 A Implementação da Base Nacional Comum Curricular no Brasil.....</b>	<b>49</b>
<b>4 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM SÃO LUÍS-MA .....</b>	<b>56</b>
<b>4.1 Sobre a Metodologia Adotada .....</b>	<b>56</b>
<b>4.2 Sobre a escolha das escolas e dos professores participantes da pesquisa .....</b>	<b>58</b>
<b>4.3 Resultados e Discussões das Entrevistas com os Professores .....</b>	<b>59</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com o professor (a).....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO 1 – Carta de apresentação às escolas .....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em um momento de profundas crises, de todos os aspectos, vários países, incluindo o Brasil, passaram por fortes implicações nas políticas sociais. É preciso que façamos uma análise dialética, histórica e estrutural das políticas vigentes. A educação tem sido pauta notificada nos grandes debates nacionais em que temos feito uma análise de nossa conjuntura. A crise perpassa por todas as esferas e o debate político do momento incide sobre a vida dos brasileiros em todos os aspectos.

Diante desse quadro, a problemática da BNCC traz questionamentos, suscita muitas críticas, estando longe de ser considerada uma conquista com larga participação, apesar dos grandes esforços concentrados e empreendidos pelos movimentos populares, instituições sociais, educacionais, acadêmicas e representativas. Necessário se faz considerar o momento político e as contradições inerentes aos debates sobre a educação brasileira.

Conscientes de que esse processo de construção vem sendo marcado por divergências, ainda não tivemos condições de compreender totalmente que, como política de Estado, a Base seja realmente um projeto legítimo, mesmo com sua homologação, devido às discussões que se estenderam em um momento de profundo conflito social e político, considerando a transição do governo da presidenta Dilma ao governo do presidente Temer, ao longo da qual houve o acirramento das divergências entre os diferentes grupos que participaram do processo.

A partir disso, sinalizamos que a elaboração de uma BNCC para o país, nasce desde a Constituição Federal. Os debates da Constituinte – os confrontos entre os defensores da escola pública e os da privada, as conferências de educação, retomadas com as grandes figuras de educação, as tentativas de afirmação de um padrão de constituição de políticas democrático-participativas, contando com a presença de distintos atores sociais.

A Constituição de 1988 orienta, no Art. 214, o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE), de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, conforme a Emenda Constitucional nº59 (BRASIL, 1988; 2009).

Essa determinação é seguida pelo Art. 210, que determina a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, ou seja, a Constituição já

havia orientado a construção de uma Base Nacional Comum.

Essa legitimidade constitucional implica, também, numa determinação legal em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 introduz o estabelecimento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu Art. 26. Esta, regulamenta e orienta que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. É importante lembrar que esse artigo foi reformulado com uma nova redação, dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

Importante lembrar ainda, que a elaboração da base nacional comum curricular atende aos dispositivos do Plano Nacional de Educação - 2014 e na Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014, na meta 7 e Estratégia 7.1 do PNE que determina, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada as diversidades regional, estadual e local.

Mesmo com o atendimento desses dispositivos legais, a observação ainda que tardia dos mesmos para a elaboração da BNCC tem levantado muitas refutações. Muitos especialistas e professores em todo país ainda realizam severas críticas a esse processo e as pesquisas e discussões travadas a esse respeito têm apontado que esse não foi um processo legítimo de fato, pois cerca de quatro anos, o Ministério da Educação (MEC) deu início às ações com vistas à construção da BNCC, política pública que tinha por objetivo, segundo a Pasta, estabelecer um conjunto de orientações para nortear os currículos das escolas públicas e privadas da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Brasil, mas, decorrido esse tempo e após a elaboração de quatro versões do documento foi conflituosa e polêmica.

Os últimos resultados de uma revisão feita pelo MEC em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE), no governo Temer, traduz-se num enxugamento das versões anteriores, com mudanças cruciais em termos do que já se havia conquistado em relação aos princípios democráticos, à inclusão, ao atendimento especializado e ao tratamento balizado entre níveis e modalidades de ensino, considerando-se a diversidade cultural do nosso país, o que já se expressava num resultado de muitas lutas e conquistas nos acirrados debates e discussões fomentadas entre a segunda e terceira versão.

As propostas contidas na BNCC atual, segundo o olhar crítico de alguns especialistas, foram transformadas numa essência conservadora, privatizante e que ameaça a autonomia dos sistemas de ensino e das escolas. E essa característica se traduz pela Resolução nº2, de 22 de dezembro de 2017, que traz questões polêmicas. O não respeito a toda dinâmica democrático-participativa com que foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular reflete nas políticas educacionais e nas práticas de gestores públicos e escolares, docentes e na aprendizagem dos alunos no chão da escola.

Em razão de toda essa nova política que aqui tentamos situar, a universidade tem se posicionado de forma crítica, trazendo as questões referentes à BNCC para as salas de aula, nas diversas disciplinas dos cursos de licenciatura, encontros, simpósios e debates acadêmicos e científicos, na perspectiva de reconduzir os seus designers curriculares e atender melhor essa demanda que não é só pedagógica e educacional, mas, sobretudo social, política com fortes reflexos na vida de crianças, adolescentes, jovens e de suas famílias, comunidades e grupos sociais.

Como acadêmicos do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), temos sido muito incentivados a conhecer as versões do documento, fazendo leituras em algumas disciplinas mais especificamente pedagógicas, tais como Currículo, Letramento e Alfabetização, Fundamentos e Metodologias das áreas de conhecimento. Além disso, desde 2015, o Curso de Pedagogia tem fomentado ricas discussões em encontros, jornadas e outros eventos.

Pensamos que tudo tem acontecido porque as questões envolvendo as possibilidades de um currículo mais humanizante, crítico e integral para a construção de uma sociedade mais justa, ainda não pode ser visualizada na prática, quando iniciamos os estágios curriculares do Curso. O estágio foi um espaço de muitas constatações e nele tivemos a certeza de que os professores das escolas campo não estão acompanhando essas discussões, que por sua vez ainda não chegaram às escolas mesmo com as grandes chamadas das mídias.

Pelo que vivenciamos nas escolas, o entendimento dos professores a respeito da Base é isolado, incipiente e quase inexistente. Não conseguimos perceber ou constatar na agenda dessas escolas algum espaço para estudo, reflexão e orientações para o planejamento de suas ações. Com essas discussões foi que surgiu o interesse em focar mais nessa temática, dada a sua atualidade e a necessidade de conhecer suas bases legais, históricas, teóricas e conceituais, suas orientações gerais e específicas ao Ensino Fundamental Anos Iniciais. Esse interesse se confirmou com a realização dos estágios quando pudemos constatar a total

ausência de discussão a respeito da BNCC, algo que nos trouxe preocupação.

Partindo desses pontos, e com a orientação da Professora Terezinha Amaral, das Disciplinas de Currículo, Letramento e Alfabetização e Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos, pudemos alinhar este projeto, que traz, em seu conteúdo, um propósito de revisitar esses fundamentos, seguindo o objetivo de acompanhar esse período atual de implementação, investigando as perspectivas, expectativas e os desafios à Universidade e, principalmente aos professores do Ensino Fundamental, Anos Iniciais das escolas da Rede Públicas Municipal de São Luís - MA.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho, consistiu em investigar e analisar a expectativas, perspectivas e desafios colocados aos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em relação ao processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular em escolas da Rede Pública Municipal de São Luís. No intuito de levantar informações e opiniões sobre a posição dos professores diante de tal documento bem como descobrir se estes detêm ciência e reconhecimento dessa política. Ressaltamos também o interesse em se observar se esses professores já participaram de atividades ou palestras de formação continuada que irão frisar tal política.

Na disposição do presente trabalho, sua estrutura é colocada em capítulos, apresentados em sequência. O primeiro capítulo traz algumas abordagens e concepções de currículo e o quanto este, é um espaço de disputa em termos das distintas visões dos educadores e do momento histórico e social em que suas teorias foram constituídas. É enfatizado, o significado de currículo enquanto construção social devido a compreensão de que este, impulsiona significativas mudanças nas relações escolares.

Posteriormente, no segundo capítulo, introduzimos o nosso olhar para a BNCC como esclarecimento do que é esse documento, para quem se direciona e as características presentes em seu texto. Esse entendimento é considerado essencial já que essa política, em muitos momentos, é caracterizada erroneamente como um currículo pronto. No entanto, a partir do olhar em sua definição, desmistificamos essa ideia e explicamos a qual sua relação enquanto instrumento pedagógico ao currículo.

Em continuidade, o terceiro capítulo foi feito uma revisão bibliográfica sobre os aspectos históricos, legais e teóricos da BNCC para que tal documento seja cada vez mais conhecido e discutido. Nas entrelinhas de sua historicidade, resgatamos a legislação e empresas de caráter privatista que se pautam numa política como somente catalizadora de interesses que se direcionam a venda de seus pacotes educacionais, consultorias, edições e

recursos pedagógicos.

No quarto capítulo, é retratado sobre as versões da BNCC, a partir da comparação entre os documentos da segunda e terceira versão correspondente aos seus textos introdutórios e da etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir disso, foram analisadas as mudanças referentes ao documento em que alguns fatos nos chamaram atenção como, por exemplo, às concepções de currículo e direitos de aprendizagem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, a questão do entendimento das competências gerais em que competência fica desvinculada de direitos mais amplos sem a ligação com princípios éticos, além de outros aspectos.

O quinto capítulo, por fim, registra os procedimentos e a análise de uma investigação sobre a Implementação da BNCC, num aspecto geral em nosso país. E, por fim, trazemos um recorte dessa implementação sobre o discurso dos professores dos Anos Iniciais de três escolas do Município de São Luís, MA. Nesse capítulo, inicialmente explicita-se a metodologia adotada para a pesquisa e, em seguida, a análise dos dados com base nas entrevistas e a fundamentação teórica.

Deste modo, a escolha deste tema poderá contribuir com a nossa formação acadêmica, profissional e impulsionar a novos patamares de estudos, pesquisa, pois entendemos que o processo de implementação está reclamando mais por tempo e mais pauta nas escolas e universidades, por isso que serão disponibilizados os resultados à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), numa versão em relatório de pesquisa, como trabalho de pesquisa monográfica realizada, em eventos acadêmicos, fóruns municipais e encontros com a finalidade de socializar com o público interessado. Entendemos que esse processo de implementação da BNCC não deixa de trazer oportunidades de reflexão e provocações à reestruturação pedagógica às escolas.

## 2 CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO

A pesquisa foi desenvolvida com base teórico-metodológica de um estudo histórico sobre concepções de currículo atuais, relacionando-as com a história da Base Nacional Comum Curricular, considerando as determinações legais desde a Constituição Federal e todo seu processo de elaboração. Foi importante analisar as concepções subjacentes ao texto introdutório da BNCC que se refere às competências gerais, aos direitos de aprendizagem, campos de experiências que estão intimamente ligados ao currículo.

Segundo Silva (2010), a concepção de currículo é construída por meio de distintas posições que acabam descrevendo uma série de significados sob o olhar de determinados autores. Por isso, o significado do que venha a ser um currículo é produzido trazendo opiniões que acentuam em sua descrição, o que explica as diferentes concepções que existem para defini-lo. A partir dessas concepções, observam-se quais os aspectos que estarão atrelados a sua explicação, se é da natureza humana, da aprendizagem, do conhecimento, da cultura ou da sociedade.

Uma definição de currículo representa quais questões devem ser ensinadas, assim como, revelam quais aspectos são considerados válidos a essa seleção. Afinal, esse saber é resultado de um conhecimento amplo em que é levado em consideração o momento histórico e a sua transformação. Silva (2010) vem ressaltar que a questão central do currículo é a criação de uma identidade, como fundamento primordial para as diferentes teorias que buscam explicá-lo.

A preocupação com a sistematização do ensino nasce antes mesmo da utilização do termo “currículo”, que só começou a ser pronunciado como “curriculum” entre alguns países da Europa, com base na literatura americana, mas que teve como palco os Estados Unidos em 1920, que vai buscar explicações para justificar a escolha por tais conhecimentos e, ao mesmo tempo, definir o que os alunos devem se tornar. O termo “curriculum” passou a ser utilizado depois da época da industrialização em que a escolarização e os processos migratórios se intensificaram dando destaque a sua organização e desenvolvimento (SILVA, 2010).

A partir da intensificação desse processo de escolarização, teve-se a necessidade de estruturar o sistema educacional devido ao aumento do número de alunos nas instituições. Com isso, sua organização foi feita mediante classes seriadas por idade, o que deu origem à verticalidade do currículo. Posteriormente a esse momento, a estruturação do sistema educacional ganhou as unidades de tempo e conteúdo que ordenam o desenvolvimento escolar



e que atualmente ainda se faz presente nos modelos escolares.

Inicialmente, o currículo começa como um campo que abarca somente o lado profissional, especializado e técnico sob a influência de teóricos como: Franklin Bobbit (1876- 1956) e Ralph Tyler (1902- 1994) que escrevem os respectivos livros *The Curriculum* (1918) e *Princípios Básicos de Currículo e Ensino* (1949), dentre outros. O modelo de currículo começa sendo equiparado a um produto produzido em fábrica em que o seu desenvolvimento e resultado são mensurados por meio de padrões, ou seja, o aluno estava inserido em um modelo tecnicista de organização de saberes, a fim de preparar mão de obra qualificada para o mercado (SILVA, 2010).

No contexto dos autores acima citados, fortalece-se a teoria tradicional do currículo que vai se sobrepôr a influência de ideias administrativas baseadas na eficiência e na padronização, em que, de acordo com Silva (2010), persevera uma missão de preparar pessoas para atender exigências do mercado de trabalho e da indústria, deixando de lado os problemas sociais.

Em 1960, os movimentos sociais e culturais surgem dando espaço a crítica desse modelo de educação com autores como Louis Althusser (1918), Jean Louis Émile Bourdieu (1930) e Jean Claude Passeron (1930), Christian Baudelot (1938) e Roger Establet (1938) que questionavam os conteúdos e a sua forma de reprodução que gerava desigualdade e históricos de poder. No entanto, tal teoria considerada crítica ainda estava atrelada ao pragmatismo e a uma ideologia capitalista que utilizava o conhecimento enquanto uma visão ainda conteudista (SILVA, 2010).

Em 1980, constatou-se renovação com a formulação de uma visão pós-crítica do currículo, que trazia a problematização das relações de poder com as esferas políticas, sociais, econômicas e culturais. Nessa visão, o currículo acaba dando continuidade a sua ênfase em transformar a realidade, mas reconhece a diversidade dos sujeitos e as suas formações por isso, este acaba sendo vinculado a temas como: multiculturalismo, globalização, identidade, gênero, cultura, diversidade, raça, etnia e etc.

A partir dos anos de 1990, novos conceitos são acentuados para o campo do currículo de maneira ainda mais abrangente, sem uma definição pontual já que o seu significado passou a ser definido, baseado na construção daquilo que produzimos enquanto identidade e cultura escolar. No decorrer dos séculos, tal termo passou por diversas fases onde o conhecimento atribuído nele se adaptou aos objetivos pelo qual o ensino esteve atrelado, dentre eles, o mais relevante é a formação do aluno diante da realidade.

A palavra *currículo* passou a ser usada não somente para o ambiente escolar, mas em contextos diferentes como o currículo de: empresas, matérias de curso, revistas, vitas, mídia, campanhas etc. Isso tudo, acabou acarretando em um alargamento em seu conceito pelo qual surtiu efeitos também no meio acadêmico, que buscou refletir sobre questões de significação para a sociedade, por isso, que se retratou em falar sobre o currículo enquanto uma construção cultural, que dispõe de uma visão mais ampla das questões curriculares e da realidade.

Com base em tais explicações, Silva (2010) e Vasconcellos (1996) compreendem que o currículo é considerado enquanto um percurso de conhecimentos, dotado de experiências concretas pelo qual os seus sujeitos culturalmente o transmitem. Vasconcellos (1996) assume a ideia de observá-lo enquanto um conjunto de formulações e experiências articuladas a saberes, objetivos, pessoas, recursos, espaço, avaliações e ao tempo que favorece a sistematização de suas finalidades (SILVA, 2010; VASCONCELLOS, 1996).

O currículo assim como o planejamento, em seu sentido mais amplo, significa o caminho a ser percorrido, são ações presentes no chão da escola que cooperam para a formação humana. Estas ações estarão voltadas para múltiplas dimensões constitutivas, pois, tal ambiente irá considerar não somente a formação do sujeito em si, mas os fatores que estão intrinsecamente ligados a esta formação.

Esses fatores, que são as nossas relações sociais, políticas, econômicas e culturais não se encontram na sociedade de maneira estática, mas advém de modificações históricas pelo qual o homem perpassa. Por isso, o currículo escolar é uma construção social vinculada aos momentos e as relações em que a sociedade enfrenta, partindo do pressuposto de que o conhecimento enfatizado dentro dele está ligado ao nosso processo cultural (VASCONCELLOS, 1996).

Com este esboço, entendemos que para a elaboração de um currículo, as relações e os elementos internos e externos que o permeiam, devem ser conhecidos a fim de que os resultados de suas ações sejam dotados de um sentido para evitar a desproporcionalidade da teoria com a prática produzida dentro das propostas curriculares, para a busca da coerência e centralização de sua efetivação. Tal sentido, torna-se eficaz quando os sujeitos que estão no processo de ensino e aprendizagem, também são vistos de maneira ativa na criação e transformação daquele espaço.

Trata-se em falar, segundo Vasconcellos (1996), que estes sujeitos são produtores curriculares, pois estão em constante transformação e que devem ser vistos enquanto

construtores dessa atividade humana que tem o papel de construir novos sujeitos e ir de encontro no combate à indisciplina, frustrações, alienações, exclusões, e ainda, ao desinteresse e aos índices baixos no processo de escolarização. Neste ponto de vista, o currículo acaba sendo configurado enquanto uma atividade humana considerada base fundamental de sustento à formação de uma prática educativa.

Há um grande desafio diante dessa articulação que põe o currículo, enquanto espaço de diálogo, entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9.394/96, as Diretrizes, os Parâmetros, os Referenciais Curriculares e as expressões, opiniões e referências de sujeitos que estão inseridos em uma coletividade escolar, mas que nem sempre são levados em consideração. Por isso, Vasconcellos (1996) ressalta a questão da insuficiência de definições curriculares gerais – Nacionais, Estaduais ou Municipais - por conta da não correlação dos educadores com as propostas pelo qual são criadas de maneira ainda ampla, em que muitas relações e contextos ainda não puderam ser contemplados.

O modelo curricular presente, é organizado com disciplinas, atividades, espaços de tempo pelo qual possui uma intencionalidade em permitir determinadas práticas e ao mesmo tempo dificultar outras, o que gera embates em torno da disciplinaridade e engessamento dessa lógica curricular. Sendo assim, Silva (2010, p.14) corrobora que:

[...] da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questão de poder (SILVA, 2010, p.14).

As teorias que buscam definir a visão do currículo estão situadas em um território de tempo, fase e concepções diferentes pelos quais os autores empregam. Podemos observar como os autores selecionam características no intuito de formar uma identidade as suas definições. Assim, ao observar e consentir no meio social, os conceitos pelos quais se define o currículo, permitimos que o nosso olhar se alinhe aos dos autores/pesquisadores e assim, conseguimos observar e identificar quais são os aspectos que validam suas teorias.

De acordo com Jose Gimeno Sacristán, professor e especialista na área de currículo e autor de diversos estudos e publicações, o termo currículo deriva da palavra latina “*Curriculum*” que significa guia, carreira, caminho que equivale a um direcionamento de percurso. Um de seus sentidos usados pela Roma Antiga seria, segundo Sacristán (2013, p.16):

[...] o currículo também tem o sentido de constituir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo (SACRISTÁN, 2013, p.16).

Esse sentido indica que dentro do currículo, o conhecimento é organizado, enquanto um guia, por meio do que vem a ser chamado como plano de estudos, para ordenar as etapas do ensino e ao mesmo tempo unificar esse conhecimento, a fim de que não seja fragmentado por disciplinas, mas complementado. E, com essa ordenação, há uma seleção que põe em evidência implicações e agentes envolvidos, os quais acabam regulando e estruturando o processo de escolarização e as práticas pedagógicas.

Sobre esse olhar, Sacristán (2013) enfatiza a questão de um poder regulamentador no currículo que condiciona regras, hábitos, tempo e uma série de fatores dentro do campo escolar. Esse poder impõe valores e pressupostos em que é preciso se decifrar, já que dentro do sistema educativo existem interesses externos que condicionam a sua estrutura e conseqüentemente acabam incidindo sobre a escolha dos componentes curriculares.

Com essa abordagem, o autor cita:

A obsolescência das instituições escolares e dos conteúdos que distribuem pode levar a negar essa função, mas não nega tal valor, e sim a possibilidade de que se realize, deixando que operem outros fatores exteriores, ainda que nenhum currículo por obsoleto que seja, é neutro (SACRISTÁN, 2017, p. 20).

A ausência de conteúdos em detrimento de outros, o reducionismo de disciplinas, o modelo diferenciado de educação, a formação profissional paralela ao ensino secundário, a distância da prática escolar ao mundo do conhecimento, a falta de conteúdos culturais e sociais, dentre outros aspectos, refletem a existência de um currículo oculto (SACRISTÁN, 2017).

É inegável reconhecermos que o currículo da escola é o reflexo de valores e ideais que advém das interações sociais, originárias de práticas educativas que sempre devem ser renovadas por estar intimamente ligada à questão do conhecimento. Sendo assim, devido a esta dinâmica de sociabilidade, os seus resultados surtirão efeitos não de uma imparcialidade, mas de um reflexo das identidades locais e nacionais que estarão presentes em todas as atividades e ações deste processo. E é pensando nessa vinculação com o conhecimento que o currículo, assim como o projeto político pedagógico e as demais formas de planejamento pedagógico devem estar sempre atualizados e em sintonia, pois demonstram-se como ferramentas essenciais para o processo de ensino e aprendizagem (SACRISTÁN, 2017).

A construção do currículo, portanto, é social; e por isso, contextual, em que se configura, com base nas condições reais desse desenvolvimento. E é por isso que entendê-lo inserido no processo educativo é analisar as práticas políticas e administrativas, as condições de organização material e estrutural, a equipe de professores, o público pelo qual está sendo inserido nesse estudo, e as ideias que o modelam enquanto campo de contextos.

Considerando essa construção, um projeto de cultura acaba sendo criado e intitulado como o conhecimento escolar, pelo qual é repassado por meio de atividades ou práticas que venham intermediar ou refletir valores culturais. Contudo, nessa relação a figura do professor está enquanto um mediador cultural que precisa estar atento as exigências de políticas editoriais e culturais que trazem documentos determinados por autoridades do meio educacional e que nem sempre atendem a realidade e a necessidade escolar de cada currículo.

Neste embate, Sacristán (2013) enfatiza a questão da assepsia como característica marcante do conhecimento escolar, pois dá a ideia de consenso e flexibilidade como resposta aos conflitos culturais e sociais do currículo. Há também propostas intituladas enquanto provisórias para que não se perca a essência de neutralidade nesse processo de escolha, que embasa o currículo como um território de embates de diferentes forças sociais que o referenciam e transformam enquanto um recorte particular de cultura.

Toda essa finalidade põe em evidência que o interesse pela discussão do tema currículo nada mais é do que o reconhecimento de que a partir dele muitos mecanismos da escola são estruturados. As reformas curriculares desenvolvidas para os processos educativos lidam com problemas recorrentes como a própria acessibilidade de pessoas e grupos sociais, mas, ao mesmo tempo, procura ajustá-los ao modelo de currículo presente nas instituições escolares. Sendo assim, as reformas curriculares atualmente servem apenas de um paliativo ao atendimento a essas necessidades e não de uma tentativa que venha resultar numa solução equilibrada.

### **3 DETERMINAÇÕES LEGAIS, HISTÓRICAS E POLÍTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Ao se pensar nas mudanças das práticas pedagógicas, atualmente temos no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular como documento normativo, orientador para o currículo formal. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve orientar não somente os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Sendo assim, a Base tem um caráter de nortear o ensino a partir dos conteúdos propostos por ano/série que deverão ser ensinados.

A Base Nacional Comum Curricular é resultado de uma proposta do Ministério da Educação a fim de garantir direitos de aprendizagens a todos os alunos. De acordo com a sua apresentação, esta é considerada como uma política educacional do MEC articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para atuar nas redes de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios, como meio orientador para o currículo escolar.

Nesta medida, a Base Nacional Comum Curricular se caracteriza como:

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7).

A Base Nacional Comum Curricular intitulada também como BNCC foi elaborada para atender as desigualdades de aprendizado, tendo como foco definir os conhecimentos essenciais para toda a Educação Básica e promover por meio de sua estrutura o sentido de unidade, igualdade e qualidade a esses alunos. Por isso, enquanto política pública para a educação, sua funcionalidade é servir de referência aos currículos das escolas, se assentando mediante sua composição com os “Direitos e Objetivos de Aprendizagem”.

Sendo uma referência nacional para a Educação Básica, a Base foi criada para indicar que:

Propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção

de seu projeto de vida (BRASIL, 2017, p.16)”.

Com isso, a BNCC contribui positivamente ao preenchimento de lacunas que estão intimamente ligadas ao currículo e reforçando o regime de colaboração entre as esferas da União: Federal, Municipal e Estadual para qualificar a aprendizagem dos estudantes.

Como assinalam as próprias denominações, o texto da Base traz em questão a contextualização e a formação cidadã como norteio de estruturação aos conteúdos que compõem o currículo. Ocorre que, de acordo com a sua concepção é necessário se incentivar uma educação integral dentro das escolas, visto que, nesta época, se faz necessário um aprender condizente que estimule “(...) um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado (BRASIL, 2017. p. 14)”.

Essa representação vem caracterizá-la enquanto um documento que põe aos estudantes a superação do apenas saber ler e escrever, mas a desenvolver capacidades que estão além e inerentes a nossa aprendizagem que é o escutar, comunicar, e expressar-se, dentre outras características. Comumente, tais capacidades incidem em características que promovem resultados de uma maior criatividade, participação ou produtividade e que estão alinhados à sua visão de competências.

Quando pensamos no desenvolvimento humano para a educação, a BNCC promove uma progressão escolar em que é proposta através de dez competências gerais que se referem a todas as séries e etapas, levando em consideração a articulação dos elementos de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em conformidade a LDBEN 9.394/96, que enuncia:

Ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017, p. 25).

Na busca por maior compreensão, as competências e habilidades situadas pela BNCC ocupam um eixo estruturador de eficácia e normalidade à aprendizagem. O que levanta uma série de questões que vão de encontro a críticas de autores intimamente ligados ao currículo e que conseguem visualizar tais práticas enquanto estratégias de poder que investem em uma regulação e normalização para a educação.

As indagações e desconfianças iniciais são de que esse interesse pela qualidade

dessa educação básica não é neutro, partindo do olhar atento ao histórico de formulação da BNCC que guarda influências diretas do setor privado e empresarial e ao mesmo tempo, nas entre linhas do documento que insere detalhes de uma regulação. Exemplo disso é quando cita os sistemas de avaliações educacionais nacionais, que, por sua vez, trazem a perspectiva de um exame que lida com a medição de resultados para classificar a aprendizagem pelo desempenho dos alunos.

Segundo Macedo (2014), a BNCC refere-se a uma política pública de Estado afirmada pelo MEC que defende uma percepção de centralização nacional de conteúdos, direitos, expectativas de aprendizagem e padrões de avaliação, que determinam as competências e habilidades básicas que a criança deve desenvolver em cada uma das fases e etapas da vida escolar. Tal documento põe-se como de referência para o entendimento nacional daquilo que é importante e essencial ao conhecimento e a aprendizagem em um currículo.

Ao analisar alguns vídeos e artigos sobre os impactos das medidas previstas na BNCC sobre o currículo e a qualidade da educação, chamou nossa atenção uma ambiguidade do documento: percebemos que ao mesmo tempo em que muitos especialistas do MEC, que estão a serviço do Governo, afirmam que a Base não é o currículo, mas sim uma diretriz para sua elaboração, o texto propriamente dito explica suas finalidades e objetivos em termos de direitos de aprender e habilidades a serem ensinadas, e isso está diretamente relacionado a organização curricular.

Segundo as indicações de seu texto introdutório e as interpretações que dela surgem, quando a BNCC orienta sobre habilidades, a nosso ver, ela reforça as concepções tradicionais de currículo e consolida aquela visão sobre organizar conteúdo, agora “unidades temáticas” por objetivos de ensino. É interessante notar essa similaridade quando a Base traz todo um conjunto de expectativas de aprendizagem ocultado pela definição de competências gerais, objetos de conhecimento como se fossem metodologias que direcionam a maneira de fazer, trabalhar e conduzir cada unidade temática.

Para, além disso, existem muitas indagações que nos fazem refletir e levar em consideração as várias tentativas de padronização do currículo e ao mesmo tempo sobre qual o modelo e a qualidade de educação que quer ser incentivada com a BNCC. Trata-se em evidenciar como essa política leva em consideração os seus princípios éticos e estéticos que expressam entre suas finalidades características que vão ao desencontro da definição de currículo que se configura na realidade cotidiana do ensino.



Por essas razões, consideramos analisar o processo do documento no contexto das políticas educacionais e confrontá-lo com as concepções teóricas de um currículo como construção social, que considera a sociedade e suas diversas culturas como elemento fundante dessas construções. Esse entendimento teórico e prático implicou uma análise focada na avaliação de concepções e possibilidades. Na elaboração do trabalho propriamente dito, essas concepções foram aprofundadas a fim de que nossas investigações as tomarem como referência.

Assim, foram analisados artigos da Constituição Federal de 1988, do Plano Nacional de 2014, e da LDBEN 9.394/96 que tratam da BNCC, do currículo e da proposta pedagógica. Dessa forma, os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem adequar as proposições da BNCC à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes. Contextualizar os conteúdos curriculares, e decidir sobre formas de organização dos componentes curriculares – disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar – e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares, de modo que se adotem estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem, dentre outras determinações, são pontos que foram aprofundados neste texto.

### **3.1 Um histórico da Base Nacional Comum Curricular**

A ideia de um currículo comum que possa servir de orientação para a aprendizagem dos alunos da educação básica não é recente, a existência dessa proposta parte da observação da realidade de vários países que aderiram ao modelo de alguns currículos nacionais como norteamento para a construção das suas propostas pedagógicas. De modo geral, tal adoção é justificada devido ao índice de desempenho educacional dos seus alunos e da educação em que é detectada uma melhora significativa na aprendizagem, levando em consideração realidades que se assemelham ao Brasil.

Procuraremos demonstrar que o pensamento dessa proposta para o Brasil parte de ideias relativas ao nosso problema educacional que foram postas desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, pelos educadores ao destacar a inexistência de um sistema educacional e a uma formação de professores para o nosso país. Logo, trazemos o olhar de Dermeval Saviani (1943) que é professor e estudioso na área de política, história da educação e formação de professores. Sem contar a sua enorme capacidade crítica, reflexiva e experimental. Afinal, esteve presente em épocas consideradas significativas a história

docente.

Assim, o manifesto foi determinado enquanto crucial para o entendimento e reflexão dos problemas educacionais apresentados, para que assim inspirasse uma renovação, tanto por parte dos professores, quanto para as questões sociais e morais que estavam atreladas a uma concepção tradicional. Sendo assim, a ideia de uma Base, ao longo do tempo, foi avançando espaços que posteriormente promoveram indícios da necessidade de se obter uma unidade para essa educação que pouco a pouco, passa a ser explorada.

O princípio da expressão “base comum curricular” surgiu com o Movimento Nacional de Formação do Educador, em 1980. A criação deste Movimento Nacional de Formação dos Educadores a partir do momento em que o campo educacional organizou discussões sobre a política e a pedagogia oficial dominante naquele momento nas universidades e escolas (SAVIANI, 2016).

A década de 1980 tinha como cenário o fim do militarismo, havia resquícios do congelamento econômico e de ideais da ditadura militar que balançou o país, ao mesmo tempo o quadro educacional era bastante preocupante com relação à evasão, e ao analfabetismo. Havia pressões da sociedade em manifestações, na busca de igualdade, o que consequentemente impactaram o sistema educacional, intensificando a busca por encontros e seminários, que pudessem ser discutidas tais reformas, contrapondo-se à imposição daquelas definidas por instâncias oficiais (SAVIANI, 2016).

Tal compreensão levou para esse encontro nacional de educadores, realizado pelo MEC, o entendimento de que era necessário que houvesse um levantamento de todas as propostas de reformulação dos cursos de formação de educadores desenvolvidas no país. A partir dessa sistematização, as ideias pudessem ser compatibilizadas para dar suporte a uma política global de formação aos professores, onde as práticas e conteúdos seriam comuns a todas as licenciaturas e que, por meio deste espaço houvesse reivindicações, decisões e participação.

Após este fato ter sido realizado, o Comitê é transformado na Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), sigla correspondente ao que posteriormente cria a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e, concomitantemente, foi criado o FORUNDIR - Fórum dos Diretores das Faculdades de Educação das Universidades Públicas Brasileiras, além de outras entidades (SAVIANI, 2016).

Essas associações no campo educacional nacional tinham como intuito promover

a construção coletiva de um projeto e formação dos profissionais da educação, a fim de que estes pudessem intervir de forma consequente nas políticas educacionais. Por isso, os encontros realizados pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, objetivavam reuniões entre educadores para que estes pudessem refletir sobre as suas formações e práticas de ensino, o que resultou em documentos em defesa da construção de uma Base Comum Nacional, pois era entendido que este seria um instrumento de luta, a fim de garantir uma igualdade na condição de formação, prática e conteúdos em sua área de atuação (SCHEIBER ; AGUIAR, 1999).

De acordo com esses princípios, a ANFOPE define que:

A base comum nacional dos Cursos de Formação de Educadores não deve ser concebida como um currículo mínimo ou um elenco de disciplinas, e sim como uma concepção básica de formação do educador e a definição de um corpo de conhecimento fundamental. Todas as licenciaturas (pedagogia e demais licenciaturas) deverão ter uma base comum: são todos professores. A docência constitui a base da identidade profissional de todo educador (CONARCFE, 1983, p. 4).

De acordo com a ANFOPE, propunha-se uma base comum nacional com estudos comuns a todas as licenciaturas como um processo evolutivo e reflexivo do próprio educador em face da sua realidade de atuação. No entanto, a partir dessas reuniões, a ideia de uma Base teve mais destaque no Encontro Nacional para a “Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação”, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1983 (SCHEIBE; AGUIAR, 1999).

Segundo Scheibe e Bazzo (2001), mediante os debates que eram feitos pelo movimento dos educadores, a docência foi tida cada vez mais como um princípio da identidade profissional, por isso, a necessidade de formulação dos cursos de formação de professores era cada vez mais debatida o que, conseqüentemente, trazia o entendimento dos primeiros indícios de uma base nacional comum. Essa deveria ser uma diretriz histórica, evolutiva e curricular de reformulação das instituições de ensino superior.

No documento final do VII Encontro de Educadores foram registrados os onze anos em que o conceito de uma base nacional comum foi desenvolvido. E durante esse tempo, passa a ser entendida como uma referência para a elaboração dos currículos das instituições. Daí, as especificidades metodológicas estariam de acordo com as experiências dos cursos, o que incentivava um novo olhar ao currículo que ultrapassava o seu sentido tradicional de disciplinas e sequências de conteúdo (SCHEIBE; BAZZO, 2001).

Nesse intervalo, a produção coletiva de conhecimento sobre a Base encontrou

novas formas de operacionalizá-la. É importante destacar que esse processo de construção é diverso devido à multiplicidade de estudos para a sua estruturação e configuração. Em um desses encontros, esta foi discutida por meio de eixos curriculares dentre eles foram debatidos e destacados a questão do trabalho, o compromisso social, a gestão democrática, interdisciplinaridade, avaliação das políticas educacionais das instituições e dos alunos.

Paralelamente, nessa mesma década, a Constituição da República do Brasil foi promulgada e como já foi citada, uma visão de educação afirmada pela constituição, no seu Art. 210 assegurou que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988, p. 124)”. Diante dessa conjuntura, a educação se compõe mediante um documento oficial que passou a dimensionar outras ideias atribuídas a ideia de Base, pois a reformulação dos cursos de licenciatura implicava necessariamente em profundas mudanças no próprio sistema educacional.

Em referência, o Art. 214 da Constituição Federal trouxe o Plano Nacional de Educação, com duração decenal, com o objetivo de alinhar o sistema nacional de educação através do regime de colaboração a fim de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

A partir da década de 1990, houve muitas articulações nas políticas educacionais que buscavam intervir na formação, avaliação, currículo e gestão da escola a fim de traduzir as intervenções do estado. As políticas públicas redirecionaram o modelo de educação básica e superior no Brasil devido à falta de clareza sobre a função do educador e influência deste para a sociedade. Como por exemplo, na Constituição Federal de 1988, que trouxe a concepção de educação como um direito e a gratuidade do ensino público em todos os níveis, o modelo de gestão democrática na escola pública; a junção entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades e a própria formação de professores (DOURADO, 2013).

Dado esse enfoque de mobilização, Macedo (2014) constata que essas reformas surgiram desde a Europa, precisamente nos Estados Unidos e na América Latina, com base na política do Banco Mundial que tinha uma perspectiva de garantir uma hegemonia por intermédio da educação. No Brasil, essas articulações ocorrem em conferências, debates, audiências públicas e até mesmo pelo Fórum Nacional de Educação, em que o ápice para essas discussões é o estabelecimento de políticas educacionais nacionais marcadas por intervenções que estavam centralizadas ao currículo.

Essa aproximação dada com o argumento de “qualidade para a educação” do setor empresarial acaba trazendo a participação dos blocos econômicos, o plano trienal, agentes sociais e privados como fundações, cujos nomes são: Roberto Marinho, Victor Civita, Airton Senna, Lemann, Natura, Gerdau, Volkswagen, dentre outros. É inferido também a presença de grupos educacionais como CENPEC, o Movimento Todos pela Educação (TPE) e os Amigos da Escola (MACEDO, 2014).

A presença dessas entidades e empresas de grande porte do setor privado nas constantes conferências e debates em que se discutiu sobre a BNCC, não é por acaso. Essas empresas foram responsáveis por organizar grande parte desses encontros e por lidar diretamente com a produção de materiais educacionais, avaliações e o próprio tecnicismo. Por isso, o seu discurso em defesa de uma Base mascarada, dentre algumas questões, a própria confecção desses materiais a fim de melhorar o resultado desse desempenho (MACEDO, 2014).

Ao longo dos anos 1990, o Movimento dos Educadores teve forte engajamento na proposição de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN nº 9.394/96, que se situava como uma política neoliberal no Governo de Fernando Henrique Cardoso, contudo, o projeto não contemplava os anseios dos educadores, pois trazia um modelo descaracterizado e aligeirado a esta formação. Mas, faziam menção de uma base nacional comum, como explicita o texto do Art. 26 que dispõe:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996. p. 16).

Saviani (2016) observa que, a partir desse artigo, foi incorporada a ideia de base que incidiu no Art. 64, que vem tratar da “formação dos profissionais da educação básica aplicadas em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional”. No entanto, sem definições sobre essa explicitação, pode-se interpretar que a partir do Art. 26, a “Base Nacional Comum” compreende como a parte comum do currículo, conforme explicitado na legislação anterior, cuja Lei é nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que introduzia no Art. 4, que “os currículos do ensino de 1º e 2º graus deverão ter um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada”.

A alusão à ideia de base nacional comum se associou a discussões sobre as diretrizes curriculares nacionais das licenciaturas, que traz no Art. 9 da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação de 1996, que se deve:

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

Portanto, com essa interpretação cabe a União em regime de colaboração elaborar competências e diretrizes para os currículos das escolas de todo o país. Os Artigos 26 e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 parecem também ratificar essa ideia de normatização dos currículos, inserindo a autonomia dos sistemas de ensino sobre uma parte diversificada. Entretanto, não põe em evidência a que instância cabe a eleição dos conteúdos curriculares a partir das diretrizes propostas pela União dessa legislação. A incidência desses aspectos implica em diferentes possibilidades de interpretações da Lei, das suas resoluções, pareceres, legislações, ou leis complementares que tentam estabelecer um alinhamento regulador com outras leis.

O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) divulgou uma versão preliminar dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1995, tal proposta pretendia trabalhar com a formulação dos currículos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental de maneira que estes tivessem uma orientação em sua construção, levando em consideração uma base comum nacional e as suas realidades. Tendo assim, o interesse em indicar quais os conteúdos e as capacidades que o aluno deve adquirir ao final dessa etapa do ensino fundamental e incentivar um ensino que proporcionasse a formação de uma cidadania democrática (TEIXEIRA, 2000).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados com o objetivo de levar uma orientação aos professores para que diante do seu trabalho, os alunos fossem estimulados em seu processo de cidadania e desenvolvimento integral. Trazendo uma metodologia que ressalta o trabalho com projetos pedagógicos, temas transversais e questões sociais. Com isso, introduz em sua versão final que:

A escola não muda a sociedade, mas pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução mas também como espaço de transformação (...) A concretização desse projeto passa pela compreensão de que as práticas pedagógicas são sociais e políticas e de que não se trata de educar para a democracia — para o futuro. Na ação mesma da educação, educadores e educandos estabelecem uma determinada relação com o trabalho que fazem (ensinar e aprender) e a natureza dessa relação pode conter (em maior ou menor medida) os princípios democráticos (PCN1, v. 8: 25-26, 1997).

Nessa abordagem, os PCN falam de uma educação democrática e participativa,

que se desenvolve a partir de um projeto pedagógico como espaço para a atuação da democracia, pois é por meio dele que a função social da escola acaba refletindo para a sociedade dando a entender o que ela representa dado o movimento de sua comunidade. A escola possui papel crucial não somente de atuação, mas de transformação no ambiente, nos sujeitos e na sociedade que está inserida, desse modo pautar suas ações em princípios democráticos é eleger características de respeito, responsabilidade e dignidade.

Em 1997, surge como citado anteriormente, a versão final dos Parâmetros Curriculares Nacionais como uma proposta de diretriz curricular que traz a concepção de Base Comum Nacional para o Ensino Fundamental. Nesta versão, foram divulgados dez Parâmetros Curriculares Nacionais para os alunos das séries de 1º ao 5º ano, posteriormente em 1998 foram divulgados mais dez para as séries de 6º ao 9º ano. Em sua apresentação dispõem que:

Embora os Parâmetros Curriculares propostos e encaminhados às escolas pelo MEC sejam Nacionais, não têm, no entanto, caráter obrigatório, respeitando o princípio federativo de colaboração nacional. De todo modo, cabe à União, através do próprio MEC o estabelecimento de conteúdos mínimos para a chamada Base Nacional Comum (BRASIL.MEC.CNE, 1998, p.7).

Do ponto de vista da função dos Parâmetros Curriculares Nacionais e de uma Base Comum Nacional, o MEC dispõe, a partir do Parecer CEB 04/1998 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, sobre como se dá a fixação dessas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, explicando que:

(...) para elaborar suas propostas pedagógicas, as Escolas devem examinar, para posterior escolha, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Propostas Curriculares de seus Estados e Municípios, buscando definir com clareza a finalidade de seu trabalho, para a variedade de alunos presentes em suas salas de aula. Tópicos regionais e locais muito enriquecerão suas propostas, incluídos na Parte Diversificada, mas integrando-se à Base Nacional Comum (BRASIL.MEC.CNE, 1998, p, 11).

Eventualmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais possuem a intencionalidade de ser uma base comum nacional para o ensino fundamental, apesar de levantar questões que dizem respeito a autonomia das instituições para a elaboração dos seus projetos pedagógicos contido nos Art. 12 e 15 da LDBEN 9.394/1996. Entretanto, este ressalta o seu caráter não obrigatório e de escolha para a elaboração das diversas propostas locais.

Em sua organização, dispõe de disciplinas como: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Língua Estrangeira, Ensino Religioso, Educação

Física e Artes. Essa estrutura também está distribuída em quatro ciclos, áreas ou disciplinas de aprendizagem em que cada etapa possui um tratamento específico, visando “garantir a coerência entre os pressupostos teóricos, os objetivos e os conteúdos, mediante sua operacionalização em orientações didáticas e critérios de avaliação (BRASIL, 1998, p.41)”.

Nessa mesma época, ainda havia muitos debates sobre a formação de professores e as tentativas de reestruturações curriculares tanto para as escolas quanto para os cursos de Pedagogia. Mesmo assim, a autonomia desses sistemas de ensino era reconhecida pela LDBEN 9.394/96 e pelos PCN, até que esta acaba sendo posta de lado ao entrar em vigor o Decreto de nº 3.276, da Presidência da República em seis de dezembro de 1999, que incidi diretamente na formação de professores em nível superior para sua atuação multidisciplinar, dispondo que:

Art. 5o O Conselho Nacional de Educação, mediante proposta do Ministro de Estado da Educação, definirá as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica. (...). § 2º As diretrizes curriculares nacionais definidas para formação dos professores devem assegurar formação básica comum, distribuída ao longo do curso, tendo como referência os parâmetros curriculares nacionais, sem prejuízo de adaptações às peculiaridades regionais, estabelecidas pelos sistemas de educação (BRASIL, 1999).

Teixeira (2000) acrescenta o Parecer do Relator Deputado Nelson Marchezan responsável pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados com o Substitutivo do Projeto de Lei nº 4.173/1999, anexado a Lei nº 4.155/1998 que corresponde ao Plano Nacional de Educação (PNE). Com esses decretos os PCN começam a orientar a formação dos professores, no sentido de serem utilizados como referência de instrução à docência. Deste modo, a autonomia e a não inclusão destes como conteúdo para essa formação, implica, neste caso, como descumprimento da lei.

Em 2000, foram lançados mais quatro volumes correspondentes ao Ensino Médio, intitulados enquanto Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM). Eles foram criados de acordo com a proposta para o Ensino Fundamental, garantindo habilidades e competências para desenvolver o processo de democratização e cidadania. Sua organização curricular está pautada trazendo a L.D.B 9.394/96, em seu Art.26 e 36, que destaca a obrigatoriedade de uma base comum e a organicidade do currículo para o Ensino Médio, informando que:

As propostas de reforma curricular para o Ensino Médio se pautam nas constatações sobre as mudanças no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral(...) A formação do aluno deve ter



como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação (BRASIL, 2000, p. 5).

Contudo, Teixeira (2000) afirma que várias críticas foram sendo acrescentadas, devido a sua elaboração não ter tido um amplo processo de discussão e participação, o que equivale a se dizer que seria um enquadramento dos currículos escolares aos padrões emitidos pelos PCN. Por outro lado, havia educadores que relatavam a insuficiência no prazo de análise do mesmo, o que implica salientar em uma “pressa” do MEC em observar que tais diretrizes não contemplavam os estudos e as reformas curriculares acumuladas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e pelos demais educadores.

Além disso, havia pontos extremos nesse processo que de um lado trazia a necessidade de um consenso na construção de uma base nacional comum, no entanto, são disponibilizados decretos que inviabilizam as autonomias das instituições de ensino. E por outro lado, observa-se a ausência de participação das universidades nessa elaboração e a presença de distintos atores sociais nesse processo, o que indaga a análise do seu discurso sobre princípios democráticos. Por isso, Teixeira (2000) compreende que é fundamental se pensar em um projeto educacional que busque estar alinhado as características daqueles que nela atuam.

De acordo com Macedo (2014) as críticas na época situadas aos PCN não puderam ser deixadas de lado, por isso o Conselho Nacional de Educação, como forma de “minimizar os problemas”, decidiu elaborar diretrizes curriculares mais gerais e permanecer com os PCN como uma alternativa curricular de diretriz não obrigatória. Havia certa resistência à adoção dos PCN pela comunidade acadêmica, porém, também havia a necessidade de uma centralização curricular como forma de assegurar a qualidade da educação. Por isso, em 2008, com a mudança de governo, retomam-se as discussões e o MEC lança um Programa chamado “Currículo em Movimento”, que tinha como abordagem a participação de educadores na constituição do currículo.

O programa “Currículo em Movimento” possuía dentre os seus objetivos “melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento dos seus currículos que compreendia a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio”. Ainda em 2009, foi divulgado um documento pelo Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica e Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares da Educação Básica, cujo nome era Subsídios para as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica.

Esse documento foi direcionado para lidar com as políticas públicas e as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica. No entanto, se atentou em maior intensidade para a educação infantil, se desarticulando um pouco das outras etapas, por isso, não apresentou indícios do que poderia ser um currículo comum. Tal programa se finalizou em 2010.

Em 2010, acontece a Conferência Nacional da Educação (CONAE) que correspondia a um espaço em que se discutia sobre a educação de nosso país. Esse evento é resultado de um documento cujo tema, segundo (CONAE, 2010, p. 38):

Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação, tendo como coordenação geral o senhor, Francisco das Chagas Fernandes. Dentro deste documento, se intencionava a possibilidade de: “indicação das bases epistemológicas que garantam a configuração de um currículo que contemple, ao mesmo tempo, uma base nacional demandada pelo sistema nacional de educação e as especificidades regionais e locais (CONAE, 2010, p.38).

Portanto, o desafio desse encontro era a intenção de ser construído um novo Plano Nacional de Educação e da necessidade de um “Sistema Nacional articulado de Educação” que correspondia a nada menos do que uma base nacional comum curricular. Neste intuito, acreditava-se que a construção desse Sistema Nacional para a Educação só poderia de fato ser criado quando se construísse uma organização que articulasse o regime de colaboração entre os entes federados e materializasse as políticas públicas (DOURADO, 2013)

Em 2014 foi realizada a Segunda reunião da CONAE com o tema - O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. A partir deste encontro foi produzido um documento intitulado Documento – final. Sendo um referencial da mobilização e articulação da sociedade civil e dos educadores, a fim de um sistema nacional de educação, que busca aproximar as políticas educacionais com as políticas do Estado para uma educação nacional (CONAE, 2014).

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação estipula Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (BRASIL, 2010). As DCN, cuja Resolução é a nº 4, de 13 de julho de 2010, tem o objetivo de coordenar aquilo que a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN 9.394/96 trouxeram enquanto articulação para o ensino e currículo da Educação Básica. Reconhecendo o direito comum dos sujeitos a esse acesso e também aos educadores de possuir um olhar crítico com base na elaboração dos projetos políticos pedagógicos de suas respectivas escolas. Sobre a Base Comum Nacional, dispõe:

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais (BRASIL, 2010, p. 6).

Nos anos de 2009 a 2013, foram publicadas as diretrizes curriculares específicas para cada etapa da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Surgiram também posteriormente, outras políticas educacionais como: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2012, que valorizava a alfabetização; o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM) em 2013, que se propunha a elevar a qualidade do ensino médio, dentre outras.

Em específico ao ano de 2013, foi criado um grupo chamado “Movimento pela Base Nacional Comum Curricular”. Esse grupo possuía dentre os seus representantes pesquisadores, gestores, especialistas do meio educacional que recebiam apoio de empresas e fundações privadas. Com base nessa indagação, enfatiza-se que mais a frente, a primeira versão preliminar da BNCC vai ser elaborada justamente por um grupo de especialistas.

Desta forma, dado os indícios e a intencionalidade de uma base comum com essas políticas, Macedo (2014) informa que foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que corresponde ao Plano Nacional de Educação (PNE). Sua definição expressa “diretrizes, metas e estratégias”, que totalizam em 20 metas e 254 estratégias criadas no intuito de alcançar objetivos positivos para a educação de todo o país.

Em algumas de suas metas e estratégias temos indícios de uma Base, no entanto sobre as principais, destacamos a meta 7 e estratégia 7.1 que enunciam:

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb; Estratégia 7.1: estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014, p. 62).

A partir dessa meta, podemos visualizar a proposta de elaboração de uma Base para todo o território brasileiro. Sua implementação tinha como objetivo elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que corresponde diretamente aos níveis educacionais. Dado essa articulação, Macedo (2014) esclarece que o MEC ressurgiu a discussão sobre a BNCC a partir do PNE do ano de 2014, e o finaliza no mesmo ano com a

“versão preliminar” do documento.

A representatividade desse momento em que a atual política é inaugurada de acordo com Macedo (2014) não corresponde à época pelo qual a Base já estava sendo debatida pelo MEC e por outras representatividades políticas e sociais. Nesse sentido, evidenciamos que os encontros, os documentos e as legislações que precederam a essa construção tiveram uma notável influência para que o discurso de uma Base Nacional Comum Curricular fosse visto como a solução para os problemas educacionais.

Assim, na linha do tempo disponibilizada no site do MEC, está situada a orientação do intervalo de tempo e documentações que foram marcos dessa elaboração. Contudo, não se encontram dentro desses percursos, quais foram as discussões e o levantamento de questões do que poderia se pensar a ser a base, ao mesmo tempo em que não são divulgados os sujeitos e as empresas que acreditam em um modelo de currículo estruturado de objetivos de aprendizagem situados enquanto componentes curriculares já prontos.

Para além, levantam-se questionamentos desde a sua primeira versão que vem a partir da elaboração de um grupo de especialistas que antes mesmo do documento de fato existir, já defendiam a sua existência. Coincidências (ou não), não se sabem quais foram os critérios utilizados nas escolhas deste grupo de especialistas, no entanto essa elaboração vai levantando suspeita de uma incompletude de histórias. Sendo assim, a BNCC abre um embate para diversas questões e disputas de diferentes ordens e contextos que sintetizam um paralelismo de poderes.

### **3.2 Evolução da segunda para a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular**

A proposta de uma Base Nacional Comum Curricular nasce para o Brasil permeado por um conjunto de sentidos, práticas e atores sociais que carregam em si diversos aspectos que devem ser explorados. Tal documento surge a partir de reuniões, discussões e debates que entrecruzam pensamentos de que os problemas educacionais só poderiam ser minimizados a partir de uma proposta unificada de currículo que alinhasse a Educação Básica das diferentes instituições educacionais.

Esse documento normatizador é desenhado pelo Ministério da Educação (MEC), que representa a União, cuja função é legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação de acordo com o Art.22, da Constituição Federal de 1988. Além disso, tal necessidade vem a ser indicada também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), nas

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013) e no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Logo, a sua existência parte de uma exigência constitucional.

Com sua elaboração, diversas foram as expectativas criadas no decorrer desse percurso de discussão que prometia ser guiado por processos democráticos e participativos. No entanto, percebeu-se que mesmo tendo momentos de escuta de assessores, especialistas, gestores, professores e variados sujeitos da escola, este ainda assim, passou por um processo final apressado para a sua aprovação. Naturalmente, os diálogos e indagações sobre muitos pontos distintos que foram modificados ao longo de todo esse processo, também não puderam ser efetivados.

A elaboração dessas propostas contou com o auxílio de um portal que foi lançado no ambiente virtual em 30 de julho de 2015, que divulgava todo o processo de elaboração do documento e instaurava um meio de comunicação e participação com a sociedade. Mediante este esboço de elaboração, o documento acabou passando por três principais momentos, pelos quais foram resumidas a versões. A primeira versão foi divulgada por meio eletrônico no dia 16 de setembro de 2015.

Essa versão preliminar possuía trezentos e duas páginas, que se iniciava com uma apresentação feita pelo ministro Renato Janine Ribeiro e seguia com abordagem de outros textos: Princípios orientadores da Base nacional Comum Curricular; A educação especial na perspectiva inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular; Documento Preliminar à Base Nacional Comum Curricular- princípios, formas de organização e conteúdo; Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular.

A partir desse momento, foram organizados encontros locais, regionais e nacionais, com a participação dos agentes educacionais que analisaram o documento e apontaram questões a serem aperfeiçoadas. Nesse debate, foram levantados aspectos de como surgiu a escolha dos textos da BNCC, quais as competências do século XXI, o Ensino Médio, as avaliações e as políticas de formação docente etc.

Algumas autoridades reconheceram que outros países já possuíam um documento semelhante de orientação ao currículo, e que dentre muitos aspectos uma Base seria de fundamental importância para o desenvolvimento educacional de nosso país. Por fim, esta versão é disponibilizada por cerca de três meses no site para intervenções. No entanto, o MEC nunca explicou de fato, como e quais contribuições foram incorporadas ao texto, nem o número de contribuintes que levantaram opiniões e ideias.

No final do ano de 2015, o Brasil vivia um momento de grande debate político, pois havia o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o que conseqüentemente, voltou às atenções para este caso, deixando de lado muito dos acontecimentos que se passavam no campo da educação, dentre eles: a elaboração de uma Base e a troca dos ministros da educação. Renato Janine Ribeiro foi destituído do cargo e Aloísio Mercadante Oliva assumiu o Ministério nesse intervalo de tempo, sendo que se passaram apenas 20 dias depois da divulgação da proposta de uma BNCC.

O desenvolvimento da segunda proposta da Base surgiu após a primeira versão preliminar ser disponibilizada pelo MEC e, posteriormente acontecer debates e discussões dentro das escolas da rede de Educação Básica sobre este documento. Essa segunda versão é marcada pela consulta pública do documento que possibilitava sugestões e críticas aos textos introdutórios das etapas do ensino e dos seus componentes e objetivos de aprendizagem.

Para, além disso, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) foram os responsáveis em promover 27 seminários no intervalo de tempo de 23 de junho a 10 de agosto de 2016. Esses Seminários Estaduais aconteceram segundo os dados disponibilizados no site do Ministério da Educação e Desporto (MEC), em 8 semanas, com a presença de 9.275 participantes que dentre estes, eram gestores, especialistas, secretários, dirigentes e professores.

O intuito desta discussão era objetivar uma ampla participação de todos os setores educacionais a partir de contribuições no portal da Base. No entanto, essas contribuições tornaram-se meios de desconfiança, de acordo com Macedo (2014), já que não se sabia quais seriam os critérios de avaliação para essa adoção, e ao mesmo, não eram divulgados naquele tempo, quais os responsáveis que estariam a frente dessa apuração.

Dados esses aspectos, essa elaboração passa a ser criticada pelas universidades, professores e associações que se posicionaram contra a sua formulação, pois o MEC trazia uma metodologia que escutava especialistas convidados, mas usava de um discurso de participação ampla da sociedade através da consulta virtual, o que deixava evidente a influência de outros atores e até mesmo organismos internacionais. Mesmo assim, no dia 03 de maio de 2016, é realizada a divulgação da segunda versão da BNCC. Em seu texto, tiveram algumas modificações em relação à versão preliminar, uma delas é referente ao tamanho modificado para 652 páginas.

Outros pontos a serem destacados, de acordo com Neira, Junior e Almeida (2016)

é referente aos objetivos de aprendizagem e aos textos introdutórios que ganharam uma nova roupagem devido às contribuições no processo de consulta pública. A educação infantil também foi confirmada tendo como seu objetivo a relevância do brincar, a língua portuguesa inseriu objetivos relacionados à gramática, a disciplina de história incluiu temas mais semelhantes a essa matéria e o ensino médio começou a ser estruturado em um só ciclo.

Dentro de uma estrutura geral do documento em versão PDF, no meio eletrônico, temos: o nome dos sujeitos que fazem parte das comissões de representações; os agradecimentos; um sumário que contempla três textos introdutórios - um texto sobre A Base Nacional Comum Curricular e outros referentes a Etapa da Educação Infantil nas áreas do Conhecimento e seus componentes Curriculares na Base Nacional Comum Curricular, Etapa do Ensino Fundamental que direciona os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental; a Etapa do Ensino Médio e em seguida, cada etapa, e área com seus respectivos componentes curriculares que vem acompanhados dos seus objetivos de aprendizagem.

A segunda versão do documento da BNCC registrou no início esses aspectos que estão acima citados e uma grade contendo o nome das Associações Profissionais e Científicas, com o nome de seus respectivos presidentes que contribuíram de maneira significativa a essa construção. Também são encontrados nessa versão os nomes dos pesquisadores / especialistas por área e componentes curriculares junto às Instituições que fazem parte e que estiveram contribuindo com seus pareceres críticos a primeira versão preliminar (BRASIL, 2016).

Em seguida, iniciam-se os textos introdutórios que não estavam presentes na primeira versão, mas que nesta, totalizam em três. Aqui, suas ideias serão brevemente abordadas de maneira resumida a fim de proporcionar um entendimento eficaz aos pontos do nosso estudo. O primeiro texto introdutório chama-se: “Sobre a construção de uma Base Nacional Comum Curricular para o Brasil”. Nele identifica-se como esse documento surgiu em seus antecedentes históricos e a maneira que é apresentado ao currículo por meio da abordagem de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

A justificativa desses direitos, de acordo com Macedo (2017) *apud* Mouffe (2003), está numa abordagem tendenciosamente marcada por uma linguagem que se assemelha à cobrança. Sendo assim, utiliza o termo *accountability*, que em inglês possui dentre os seus sentidos o de obrigação e controle. Esse uso seria para explicar como o significado de direito na BNCC possui um sentido abstrato e que está ligado às demandas por justiça social tão presentes na organização dos objetivos da BNCC.

São destacadas a formação humana integral e a qualidade social como eixos

articuladores a um projeto de nação, também é esperada a questão da participação como um aspecto inerente para o desenvolvimento dos direitos dos estudantes. A base é uma política de norteamento dos currículos que precisa estar entrelaçada com as demais políticas e ações que servem de apoio ao sistema educacional, e isto inclui os sistemas estaduais, municipais e federais (BRASIL, 2016).

Com esse vínculo, o propósito foi divulgar o incentivo de melhorias à qualidade da educação brasileira, por meio dessas políticas articuladas entre esses sistemas, o texto especifica as quatro políticas que decorrem da BNCC: Política Nacional de Formação de Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar. Porém, também aponta a necessidade de que estas estejam articuladas para enfim produzir resultados positivos.

A priori, na segunda versão, Neira, Junior e Almeida (2016) destacam dentre os aspectos já citados, o reconhecimento da importância da formação dos professores da educação básica e dos cursos de graduação para que esse estudo inicial e continuado seja sempre incentivado e presente nos currículos. A reflexão do professor também em tomar esse documento não como um currículo pronto, mas como o início de uma discussão mais ampla.

Em relação aos movimentos sociais, o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 diz que “a importância dos movimentos sociais para o respeito e a consideração às diferenças entre os sujeitos que fazem parte da sociedade, assegurando lugar à sua expressão (BRASIL, 2016, p. 28)”. Com isso, é reforçado os aspectos referentes à diversidade enquanto essenciais para a formulação dos direitos de aprendizagem na BNCC. A inclusão social e o respeito a esses grupos é notável também a partir da incorporação destes nas políticas educacionais como forma de superar as discriminações.

É acrescentado nessa versão da BNCC um olhar para a construção de um sujeito que deveria ter em sua formação uma consciência histórica e moral, que pudesse respeitar as diferenças, se colocar no lugar do outro para que assim pudesse se posicionar e olhar criticamente para os problemas decorrentes do cotidiano. Com isso, os objetivos de aprendizagem presentes nos componentes curriculares enfatizavam a abordagem de questões como o combate ao preconceito, à desigualdade de gênero, de etnia, religião, classe social, condições de vida, cultura dentre outras questões que permeiam a sociedade brasileira (NEIRA, JUNIOR; ALMEIDA, 2016).

Os seguintes itens: “A BNCC e a construção de um sistema nacional de



educação”, “A construção de um Sistema Nacional de educação”, “O processo de construção da BNCC”, e a “BNCC, Planejamento, Gestão Pedagógica e currículo” possuem uma inter-relação. Pois tratam dessa política da BNCC como o pilar para um norteamento de um currículo que depende da colaboração dos segmentos educacionais para se obter um Sistema Nacional de Educação determinado pelo PNE nº13.005. Com isso, é levado em consideração que o currículo é a parte crucial para os aspectos que compõe o planejamento e a gestão escolar estejam em sintonia já que essa difusão põe em prática o trabalho coletivo como alvo a ser trabalhado. Nesse sentido, ressaltamos que o currículo é o próprio objeto, tanto do planejamento, como da gestão escolar.

O segundo texto introdutório, retrata sobre os Princípios da Base Nacional Comum Curricular e Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento que dispõe sobre os direitos da aprendizagem de acordo com as modalidades e princípios que podem ser éticos, estéticos e políticos. Ao adentrar em direito, expõe que “à Base Nacional Comum Curricular cabe definir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que orientarão a elaboração dos currículos nacionais” (BRASIL, 2016, p. 34).

Para o documento, a concepção de direitos de aprendizagem e desenvolvimento acaba sendo um norteamento para o alcance dos objetivos de cada componente curricular. A aprendizagem e o desenvolvimento são processos constantes e indissociáveis, pois estão integrados a vários setores da vida, por isso ao relacioná-los com direitos, garantimos o comprometimento com uma formação compatível e semelhante a esses fatores (BRASIL,2016).

Ao se falar em modalidades de ensino, insere-se que estas entram em conformidade com os princípios, objetivos e direitos de aprendizagem e desenvolvimento anteriormente citados, mas levando em consideração as particularidades e sujeitos que nelas se apresentam. Tendo destaque:

Para além do tratamento dado, na BNCC, às temáticas afins às modalidades da Educação Básica, a existência de uma base comum para os currículos demandará, posteriormente à sua aprovação, a produção de documentos que tratem de como essa base se coloca em relação às especificidades das modalidades da Educação Básica, vez que essas modalidades têm diretrizes próprias, que as regulamentam (BRASIL, 2016. p. 35).

Essa versão insere um pouco da legislação, fundamentação e características de como é a Educação de jovens, adultos e idosos; a educação especial; a educação do campo; a educação indígena; a educação escolar quilombola; a educação para relações étnico-raciais, a

educação ambiental, e a educação dos direitos humanos. Em seguida é exibido sobre: “A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular”, texto mantido desde a primeira versão do documento.

Com essa abordagem, retomamos a ideia de que as diversidades humanas, bem como, a educação especial necessita de condições para que a sua participação seja inclusiva. Nesse estudo, é necessário que: “Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assegura-se um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2016. p. 39).

Para tanto, a organização do ambiente e a oferta de medidas e equipamentos que servirão de apoio para as necessidades específicas desse público se faz enquanto medida primordial para o direito da acessibilidade. Com isso “(...) deve integrar o currículo como área de conhecimento responsável pela organização e oferta de serviços e recursos de acessibilidade” (BRASIL, 2016. p. 40).

A concepção sociocultural de currículo sustenta a ideia de que o mesmo tem esse papel integrador para o direito de acessibilidade, pois está diretamente vinculado à organização destes serviços e aos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dentre as atividades estão: Estudo de caso, Plano do AEE, Ensino do Sistema Braille, Ensino do uso do Soroban, Estratégias para a autonomia do ambiente escolar, Orientação e mobilidade, Ensino do uso de recursos de tecnologia assistida, Ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa (CAA), Estratégias para o desenvolvimento de processos cognitivos, Estratégias para enriquecimento curricular, Profissional de apoio, Tradutor Intérprete da língua brasileira de sinais /língua portuguesa, Guia intérprete.

O último texto introdutório desta versão possui o título: “A Base Nacional Comum Curricular”, concentra-se em descrever o que vem a ser o documento e ressaltar o seu avanço em relação a outras políticas, pois este acaba por “definir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2016, p. 44). Em seguida, apresenta como estão organizadas as etapas da Educação Básica.

Na etapa do Ensino Fundamental têm-se duas fases: a dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano de escolarização) e a dos Anos Finais (6º ao 9º ano de escolarização). Para o Ensino Fundamental, dentro da BNCC são estruturados quatro eixos: Letramentos e capacidade de aprender; Leitura do mundo natural e social; Ética e pensamento crítico e Solidariedade e sociabilidade. Os seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão em cada componente, pois “A articulação entre as áreas se faz pela definição de objetivos gerais de

formação referidos aos quatro eixos de formação” (BRASIL, 2016, p. 46).

Mais à frente, o texto diz que “O papel dos temas especiais na estrutura da BNCC” que foi mencionado na versão preliminar, mas não com tantos detalhes como aparece nesta versão. Em síntese, são publicados esses temas especiais no intuito de “estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC” (BRASIL, 2016, p. 47).

A importância em abordar esses temas especiais na BNCC é incentivar o respeito às diferenças e questões que estão presentes na contemporaneidade e que trabalham diretamente na construção crítica e moral dos sujeitos o que está diretamente ligado à sua formação integral. Sendo assim, é permitido aos estudantes o acesso a esses temas de valiosa relevância social porque, a partir disso, também podem ser trabalhados vários componentes curriculares e obtidas reflexões sobre a organização da sociedade e os seus direitos ao exercício de cidadania.

Esses temas derivam de um ordenamento legal que implica em alterações nas orientações curriculares emanadas da LDB ou que agregam responsabilidades aos sistemas de ensino em relação a temáticas a serem abordadas no currículo. Dentre essas modificações, destacam-se: a Lei nº 9.475/1997, que alterou o artigo 33 da LDB, prevendo a obrigatoriedade do respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil; a Lei 11.645/2008, que alterou o artigo 26-a da LDB, para incluir no currículo a obrigatoriedade de “história e cultura afro-brasileira e indígena”, a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso; o Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Decreto nº 7.397/2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2016, p. 48).

Nesse âmbito, são citados como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares, os seguintes temas: Economia, educação financeira e sustentabilidade; Culturas indígenas e africanas; Culturas digitais e computação; Direitos humanos e cidadania e, Educação ambiental.

Sobre esse olhar, Macedo (2017) acentua que nessa versão, os direitos e a justiça social ganham uma maior característica e comprometimento. Sendo assim, podemos identificar o uso repetitivo de palavras e termos como: cidadania, diversidade, direitos humanos e de aprendizagem em seu texto que retoma a ideia de um conhecimento enquanto construção social. Pensamento comum nos discursos educacionais pós-ditadura e no início das discussões da BNCC, correspondente a fase do programa “Currículo em Movimento” em

2008.

É importante lembrar que, na segunda versão, existe um capítulo separado sobre a etapa do Ensino Fundamental, que compreende aos nove anos organizado em anos iniciais (campos de experiência) e anos finais (áreas de conhecimento e componentes curriculares). A articulação entre essas etapas é feita no documento considerando as experiências e especificidades dos eixos de formação, estabelecidos a partir dos objetivos lançados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental que estão ligadas aos objetivos gerais de cada área de conhecimento correspondente a sua fase (BRASIL, 2016).

Esses eixos de formação estão associados a diversas áreas que compõem as disciplinas do Ensino Fundamental, ou seja, estes possuem a potencialidade de envolver uma grande quantidade de aprendizagens. Uma vez que o seu uso possibilita o alcance de objetivos que não se restringe a somente uma área, mas, a um conjunto de aprendizagens que vão sendo criadas paralelamente. Dentro desses eixos de formação, na Base são citados: Letramentos e capacidade de aprender; Leitura do mundo natural e social; Ética e pensamento crítico e, Solidariedade e sociabilidade.

Na formação do estudante esses quatro eixos são concebidos produzindo um sentido de interdisciplinaridade nos currículos das redes de ensino e compondo a base comum das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental e ao mesmo tempo, interligados com a parte diversificada que ficaria a cargo das escolas. A partir disso, são definidos os objetivos gerais de formação de cada área de conhecimento correspondente a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso que estão presentes nas duas fases do Ensino Fundamental (BRASIL, 2016).

Sobre o contexto dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, a BNCC (2016) resgata a educação infantil como ponte para essa etapa do Ensino Fundamental, devido aos campos de experiências vivenciados e que ganham uma continuidade a esse trabalho, mas sobre um novo olhar nas formas de se relacionar, na compreensão e representação de muitos elementos que desenvolvem um pensamento mais crítico. É ampliada a autonomia intelectual e do sistema motor, e as relações do sujeito passam a ser problematizadas no seu seio social, cultural e político (BRASIL, 2016).

Sobre as demais etapas referentes a Educação Infantil e ao Ensino Médio, percebeu-se também, a presença de capítulos que abordavam uma apresentação de suas especificidades e características na BNCC. Para o Ensino Médio em especial, assim como o Fundamental, teve-se uma maior quantidade de textos, os objetivos de aprendizagem foram

reformulados e as suas propostas foram melhor esclarecidas.

Diante da análise do documento, sobre o olhar de Neiva, Junior e Almeida (2016), a segunda versão trouxe parte das contribuições feitas de acordo com o tempo em que esta ficou em debate e discussões. Entretanto, a última etapa que culminaria toda essa participação democrática que seria a submissão da versão final da BNCC ao CNE, foi atravessada pela publicação da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016, que modifica significativamente o currículo do ensino médio e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

É válido destacar, que essa versão já era alvo de críticas e que com a medida provisória exposta acima, essa intensidade aumentou devido a sua origem autoritária que direcionava a forma e o conteúdo da atual política. Mesmo assim, o seu processo de construção continuou em andamento junto ao acontecimento de Seminários Estaduais organizados pelo CONSED e UNDIME, que discutiam essa versão. Nesta mesma época, o Brasil passava por um momento de muitas mudanças no seio social e político, como por exemplo: a reforma do ensino médio, da previdência, e as pressões do Movimento Escola sem Partido.

Atrelado a esse momento, na política estávamos passando pela realização do impeachment da presidenta, Dilma Van Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016. Todos esses fatos aconteceram em paralelo com a realização dos seminários, que conseqüentemente acabou tendo a pouca participação e críticas do público. Nesta mudança, Michel Temer, do partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assume a presidência e nomeia, Mendonça Filho, do Democratas (DEM), como Ministro da Educação.

Ocasionalmente, a Secretaria Executiva do Ministério da Educação é assumida por Maria Helena Guimarães de Castro, filiada ao Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB). Essa articulação retoma a ideia de alguns pilares do governo do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, nos anos de (1995-2003), que resgata alguns desses sujeitos e retoma a ideia da utilização de teses da reforma empresarial, que vai dando a BNCC um posicionamento de mudanças em sua estruturação.

O início de 2017, foi marcado pela reorganização desse governo e com a realização de um seminário restrito, ocorrido nos dias 25 e 26 de janeiro, para apresentação da terceira versão do documento onde estavam presentes representantes do CNE, CONSED, UNDIME e elaboradores dessa proposta que se reuniram na sede do Inep onde detalharam as modificações da atual proposta neste evento organizado pelo MEC. Dentre essas pessoas,

estavam algumas que possuíam ligações com entidades privadas como a Fundação Lemann, o Banco Mundial e instituições do âmbito público e privado.

Além disso, muitos presentes possuíam estudos sobre a avaliação e a administração da educação. Dado a influência desses sujeitos em parceria com a situação política e econômica do país, a Base sofreu profundas modificações que são apresentadas posteriormente quando a sua versão é apresentada para a população em abril de 2017.

Em trâmite, o MEC entrega terceira versão do documento com a etapa da Educação Infantil e Ensino Fundamental homologada pelo ministro da educação, Mendonça Filho, a partir disso, começa a formação e capacitação dos professores dos sistemas de Educação para a elaboração e adequação dos seus currículos escolares. No total, ocorreram 27 seminários estaduais, com a participação de cerca de mais de 9 mil gestores e especialistas da educação brasileira, e a UNDIME e o CONSED lançam um guia para essa implementação, que contém sugestões a sua organização. Durante esse processo, o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresenta a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da BNCC.

A estrutura dessa BNCC compreende como um documento de quatrocentos e setenta páginas que abarca somente as etapas da educação infantil e do ensino fundamental. No dia 02 de abril de 2018, o Ministério da Educação entrega ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. Após esse momento, inicia-se a discussão do documento em audiências públicas pelo Brasil com a participação de professores, gestores e membros da educação antes dele ser aprovado e reenviado ao MEC que deu forma à sua versão final.

Nessa terceira versão final, a BNCC compreende um documento com seiscentas páginas, que em sua estrutura temos: a apresentação, o sumário que contempla os itens da Introdução com três textos introdutórios, um texto esclarecendo a estrutura da BNCC, a etapa da Educação Infantil, a etapa do Ensino Fundamental e a etapa do Ensino Médio.

Inicialmente, o documento trouxe em sua apresentação um comentário sobre o modelo de educação básica que se quer alcançar no Brasil, dando destaque ao documento da Base, enquanto peça central a esse percurso que buscará melhorias não somente ao currículo das instituições, mas a formação inicial e continuada dos professores na produção dos materiais didáticos, avaliações e exames nacionais (BRASIL, 2018).

Nas versões anteriores havia a apresentação dos nomes e entidades das pessoas que estiveram envolvidas com o trabalho dessa elaboração assim como os membros do

CONSED e UNDIME. No entanto, nessa versão estas informações foram retiradas assim como os logos do MEC, CONSED e UNDIME da capa da BNCC, mas são citados como parcerias, assim como o do Movimento pela Base e o Movimento Todos Pela Educação.

Na introdução, é retomada a ideia da BNCC sobre aprendizagens essenciais, já apresentada nas outras versões. Elas correspondem aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser estimuladas em todo o período da educação básica e que são postas através das Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B 9.394/96), Plano Nacional de Educação (PNE) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL,2018).

Essas aprendizagens essenciais devem estimular os estudantes na conquista de dez competências gerais que são citadas pelo documento e que permeiam entre as três etapas da educação básica. Neira (2017), informa que nesta versão, são citados de maneira superficial princípios éticos, políticos e estéticos. No lugar dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, são postos os conteúdos curriculares para estarem a serviço das competências a serem trabalhadas, pois:

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 15).

Além de inserir as competências gerais, são indicadas as específicas em cada área do conhecimento e dos seus respectivos componentes curriculares. Essas competências estão dentre os critérios pedagógicos da Base e são justificadas no documento como um dos aspectos presentes nos currículos e avaliações escolares de muitos países (BRASIL,2018).

Sendo assim, Macedo (2014) assume que a defesa da centralização curricular está presente em distintos aspectos como conteúdos, direitos de aprendizagem e padrões de avaliação que se referem a um modelo a experiência americana chamado Núcleo Comum (Common Core), cuja função, é ser um conjunto de indicadores para avaliação. Ele é estruturado por um grupo privado e atualmente está presente na maioria dos Estados, cuja presença é devido a setores privados.

Outro aspecto que continuou em maior visibilidade nessa versão, é o compromisso com uma educação integral pelo qual o documento ressalva enquanto uma “(...) construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas

com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea (BRASIL,2018, p.16)”. Esse modelo de educação propõe que o aluno possua um desenvolvimento e aprendizagem que não se limite ao ambiente escolar, mas que esteja presente em outros contextos de vida.

Entretanto, essa ideia põe de lado o desenvolvimento cognitivo e afetivo que este deve ter ao longo desse processo por achar que o foco para essa aprendizagem está na sua aplicação para vida real. Essa concepção nos remete às escolas de formação técnica e tecnológica que direcionam a um ensino profissionalizante que dá resultados ao trabalho e que se pauta na BNCC, como um caminho para a superação da fragmentação do conhecimento.

Nesta versão, também são indicados os marcos legais que dão Base ao documento que dentre eles são citados: a Constituição Federal de 1988, no seu art. 205, a Carta Constitucional no art. 210, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no art. 9 e no art.26, e a Lei nº 13.005/20147 correspondente ao Plano Nacional de Educação (PNE). Mais adiante é citado sobre o pacto interfederativo que dão subsídios aos dizeres de igualdade, diversidade e equidade (BRASIL,2018)

Esses dizeres serão concretizados a partir deste regime de colaboração que põe a União como coordenadora de todas as ações e políticas do âmbito federal, estadual e municipal. Essas ações estarão atreladas a avaliação, a elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura de implementação da base, a formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A sua implementação também deve ser coordenada pelo MEC em parceria com os organismos nacionais CNE, Consed e Undime (BRASIL, 2018).

No entanto, não podemos esquecer daquilo que Macedo (2014) vai indicar como “paradigma de colaboração integrativo”, que se configura na participação da Fundação Lemann, Fundação Itaú Social e demais agentes privados que põe em evidência indícios de que a Base possui referências cruzadas com esses grupos devido a participação unânime destes nos debates que se colocou o documento em questão.

Em relação a diversidade, as versões da BNCC ressaltam em suas formulações o respeito ao pluralismo e a democracia tão presentes em visões multiculturalistas. No entanto, essa terceira versão apesar de citar sobre as diferentes modalidades de ensino e temas contemporâneos, acaba trazendo a fala desses temas de maneira superficial em sua introdução, além de retirar os termos de identidade de gênero e orientação sexual. O que acaba gerando uma diferenciação da segunda versão e pondo em destaque inconsistências em



seu discurso multicultural.

O documento confirma que a “(...) BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação” (BRASIL, 2018, p.18). Portanto, o papel da BNCC para o currículo de acordo com os seus planejadores, é o de orientação única para a elaboração das propostas curriculares de cada estado.

Em razão disso, surgem muitas indagações, pois como está de acordo com uma ferramenta nacional e tida a este momento como orientação obrigatória para a elaboração dos currículos e ao mesmo tempo, fazer com que, se leve em consideração as adequações locais e contextuais de acordo com a necessidade de cada grupo exposto pelo documento. São problematizações a serem discutidas.

Sobre a estrutura da BNCC, na segunda versão, havia a explicação dos objetivos gerais por área e segmento de cada etapa da educação básica, assim como os seus componentes curriculares. Na terceira versão é diferente, pois traz elementos gráficos e insere explicações em cima destes, como forma de orientar o leitor ao entendimento do documento e ao compreender que cada área de conhecimento possui habilidades específicas que estão articuladas às gerais citadas no início do documento (NEIRA, 2017).

Referente às etapas da Educação Básica, tem-se um enxugamento das apresentações de cada fase, mas as mensagens centrais são abordadas ainda nesta terceira versão. Em relação ao Ensino Fundamental, o documento continua retomando a ideia de enfatizá-lo enquanto resgate das experiências da Educação Infantil, mas que possui um avanço na roupagem dessa aprendizagem, porque apresenta novas formas de relação e assim ampliação das práticas que continuarão tendo um caráter progressivo nas outras etapas. Sendo assim, é importante que os desafios durante todas as fases estejam presentes a fim de que sejam trabalhados o raciocínio, a maturidade, a observação, e autonomia, dentre outros aspectos sejam trabalhados.

Aprofundando essa análise da evolução da segunda para a terceira versão, percebemos que o documento mais recente que compreende ao ano de 2018, possui uma estrutura ainda mais reduzida e, que o seu histórico é permeado de situações e questões que põe em dúvida todo o processo de formulação da BNCC. Inicialmente, retomamos a ideia de que a mudança no governo trouxe sujeitos intimamente ligados a reformas empresariais na educação brasileira, principalmente na época do governo FHC.

Repetindo-se essa aliança, é feita uma intervenção nessa terceira versão que propõe propostas de projeto educacional diferente das versões anteriores, que sob inúmeros motivos está o seu processo de construção antidemocrático, os seus pilares pedagógicos que estão concentrados em empresas e setores privados e exercem influências significativamente ao trabalho exercido pelo professor e na aprendizagem crítica do aluno. Contudo, essa terceira versão foi aprovada e está como uma orientação nacional para os currículos, o que resta é acompanhar o trabalho que será feito para a sua implementação.

### **3.3 A Implementação da Base Nacional Comum Curricular no Brasil**

A proposta de uma Base Nacional Comum Curricular chega a sua última versão em 2018, com análises críticas e reflexivas de que muitas coisas foram alteradas ao longo de todo o seu processo. Mesmo assim, a data de 14 de dezembro de 2018, marca a aprovação do documento para toda a Educação Básica com a homologação do ministro da Educação, Rossieli Soares. Sobre essa decisão, o documento busca oferecer uma educação que promova aquilo que vem sinalizado em seus textos de Igualdade, Equidade e Diversidade.

Procurando resumir os aspectos acima mencionados, Moreira e Candau (2007) compreendem que o currículo está atrelado às experiências e ao conhecimento que parte das nossas relações sociais estimulando a formação das nossas identidades, por isso é importante que os esforços pedagógicos priorizem de fato intenções educativas. Entretanto, referentes à BNCC, muitas questões vão ao desencontro do seu discurso, o que desenvolve uma preocupação em relação às mudanças do que será abordado nas salas de aula a partir dessa instauração até 2020.

Discutimos esse olhar, inserindo o educador como um dos principais sujeitos responsáveis pela elaboração do currículo escolar. Sendo assim, a sua participação durante esse processo é de extrema importância, já que o docente é o responsável pela materialização do currículo em sala de aula, e por isso cabe a ele a responsabilidade de implementá-lo (MOREIRA; CANDAU, 2007). Ao resgatarmos todo o processo de construção do documento, percebemos que a figura do docente teve uma participação restritiva em seminários e pela plataforma online.

É importante por em evidência, que o conhecimento produzido fora da escola é diferente daquele construído em sala de aula, portanto, cientificamo-nos com o saber de Moreira; Candau (2007), sobre a descontextualização na elaboração do saber como uma prática inviável. Uma vez que o conhecimento produzido na escola, e tomado como de

referência deve ter críticas e discussões, evidenciando a recontextualização de uma aprendizagem mais significativa. Por conseguinte, reitera-se a relevância da participação dos docentes enquanto ponto para esse consenso.

Para o entendimento por parte do docente, Corazza (2016) irá ressaltar que embora o MEC tenha disponibilizado na plataforma o documento para consulta pública, mesmo assim, a sua exposição no momento de sua formulação, não possuiu um tempo relativamente mínimo de participação diante do tamanho do documento e da necessidade de discussão coletiva para envolver todos os educadores, secretarias, associações e movimentos. Um currículo comum deve-se ter a garantia de um tempo de mobilização que vise o acesso e a opinião de modo que tanto a sua elaboração como o seu resultado seja, de fato comum e nacional.

Diante de tantos fatores e problemas no meio educacional, a ideia de um currículo nacional acaba minimizando esse processo de formação e deixando de lado aspectos intimamente ligados a este, como a sua remuneração, a infraestrutura das escolas e o material didático disponibilizado de má qualidade e a sua própria formação deficitária. Embora o discurso do MEC seja de que a BNCC não seja um currículo nacional e sim um referencial a sua produção, pensamos como a Base terá significado e será utilizada pelos educadores, uma vez que, o fazer do currículo e da didática fazem parte da criatividade e especificidade desse profissional (CORAZZA, 2016).

A verdade é que no contexto atual, a autonomia do professor dada como elemento fundamental para a prática pedagógica, também acaba entrando em obsolescência já que o modelo pelo qual o documento está organizado promove a sensação de uma passividade no processo educacional indicando que utilizariam de um currículo já previamente pronto em que estabelece os “Objetivos de Aprendizagem” e as “Competências e Habilidades” a serem tidas como exemplos ao seu trabalho (CORAZZA, 2016).

Mesmo diante de muitas indagações e questões ao documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, lidamos agora com a sua efetivação nas escolas tanto da rede pública como privada. Para que o processo de implementação se efetive de fato, é necessário que todos os educadores tenham acesso a leitura do documento da BNCC e tenham compreensão do capítulo introdutório da base que traz conceitos fundamentais, tais como o conceito de desenvolvimento integral, pleno já sinalizado pela Constituição de 1988, referindo-se a todas as dimensões do ser humano, o que já é/era uma demanda da sociedade.

O Foco em competências no sentido de desenvolver conhecimentos, habilidades,

atitudes e valores (universais) vem sendo analisado criticamente, e pode estar associados aos direitos humanos, civis de forma ética para enfrentar os desafios contemporâneos. Remetemos esse entendimento à concepção de um currículo que promova conhecimento para entender e intervir na realidade.

Além disso, o pensamento científico, crítico e criativo deve ser estimulado para: investigar e questionar, problematizando a realidade; incentivando o produzir e o fluir; comunicar e dialogar em múltiplas linguagens e plataformas; mediar relações, compreendendo o mundo influenciado pelas tecnologias e fazerem uso ético e criativo das mesmas. Assim, o processo de implementação só é possível quando primeiramente o professor participe, experimente e avalie. Só então poderá ajudar o aluno a construir seus projetos de vida na dimensão reflexiva sobre quem são e para onde vão, com foco e propósito.

Para tanto, também é necessário que o aluno desenvolva competências referentes à defesa das suas ideias, com base em argumentos, respaldados em conhecimentos, pesquisas, dados legítimos e de forma ética. Precisa autoconhecer-se e cuidar de si mesmo, reconhecer as suas potencialidades e competências, hábitos e práticas para desenvolver autonomia, além de cooperar e construir coletivamente.

As competências gerais da BNCC também orientam sobre saber relacionar-se com o mundo, compreender os grandes temas da humanidade, a política, os direitos as questões socioambientais para enfrentar os desafios culturais, adotando-se implementar novos processos para avaliar a qualidade para além da aquisição das habilidades com os componentes curriculares, incluindo as habilidades sócio emocionais.

Com base na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Será feita uma análise minuciosa para compreender melhor como será dada a materialidade às proposições da BNCC e garantir os direitos de aprendizagem. É imprescindível que os professores em serviço e as universidades tenham maior aproximação.

Ainda, o capítulo II dessa Resolução, no seu Art.5 e parágrafo único determinam que:

Art. 5º A BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construírem ou revisarem os seus currículos. §1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a

articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade (BRASIL, 2017.p.5).

Pode-se, portanto, dizer que os ciclos formativos para leitura, revisão, e compreensão favorecerão a transposição para o currículo escolar, para as culturas da escola em um trabalho sistemático. Dessa forma, a construção do projeto pedagógico garantindo a participação dos segmentos da escola fará com que os sujeitos repensem seus papéis e funções no âmbito da escola e das famílias. Serão consultados guias, documentários com palestras, orientações, cursos presenciais e virtuais e documentos relacionados ao tema proposto. Em seguida, o seu Art. 6, vem informar que:

As propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB. E, no Parágrafo Único. As propostas pedagógicas e os currículos devem considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral (BRASIL, 2017.p.5-6).

Para este fim, vale discutir sobre qual currículo se construir, depois de todos os estudos sobre currículo em que temos nos motivado a aprofundar, com base em conhecimentos sobre a proposta de um currículo integral a qual a BNCC também faz referência, porém, devemos fazer uma análise bem fundamentada desse ponto.

Na verdade, temos aprendido que é na dinâmica da cultura, que as atividades e temas de ensino são realizados, de modo que sejam socialmente válidas para a comunidade de estudantes e educadores, conferindo sentidos ao processo educativo.

Sendo assim, trazemos o olhar de Moreira e Candau (2007) onde põem em destaque que a discussão sobre currículo está intimamente ligada aos projetos políticos pedagógicos, às pesquisas, às propostas de ensino e à formação permanente dos docentes. Por isso, cabe aos profissionais da educação o entendimento de que o currículo não deve ter conteúdos prontos a serem repassados e, sim, uma construção de conhecimentos e práticas que são produzidas e reinterpretadas em cada contexto.

Essa política está organizada tendo em vista aprendizagens essenciais definidas como objetos de conhecimentos, habilidades, unidades temáticas, atitudes e valores. Expressam-se em competências gerais como forma de padronizar a qualidade do ensino no

país para que assim, possa elevá-lo. Tal definição é devido ao exemplo de adoção do próprio Ministério da Educação e de algumas instituições educacionais e internacionais que consideram esses saberes enquanto essenciais. De acordo, com o Parágrafo Único, Art. 2 da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017:

Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 4).

As competências situadas pela BNCC levam em consideração toda uma contextualização em que os saberes produzidos dentro do espaço escolar não poderão ser limitados, mas articulados com o cotidiano. Trata-se de resgatar e estabelecer a integração entre os contextos e desafios de vida, da aprendizagem escolar, do trabalho com o desenvolvimento humano. Essa relação de competências, habilidades e conhecimentos é determinada sem nenhuma diferença social, econômica ou cultural.

Reiteramos esse papel para a nossa concepção de um currículo enquanto construção social, pois “A nosso ver, uma educação de qualidade deve propiciar ao (à) estudante ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando-se, assim, em um sujeito ativo na mudança de seu contexto (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 21)”.

O objetivo do documento foi criar um padrão mínimo de instrução aos currículos das diversas instituições para que se observe um aumento no índice de qualidade do ensino, principalmente o da esfera pública do nosso país (BRASIL, 2017).

E essa integração também está conectada com as políticas educacionais para que o sentido de fragmentação seja superado, dando espaço a um regime de colaboração sinalizado em sua introdução, e indicado na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que diz:

(...) fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade (BRASIL, 2017, Art. 5º, §1º. p. 5).

A especificidade dessa proposta pedagógica para a educação básica introduz

indagações pertinentes ao ensino e ao ambiente escolar, considerando os aspectos ressaltados em seu texto. No entanto, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, essa referência nacional também prevê uma parcela de autonomia as redes básicas de ensino, referente à metodologia de trabalho e aos aspectos sociais e regionais, como indica no Art. 7, o texto:

Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino (BRASIL,2017.p.6).

Essa orientação expressa a colaboração do Art. 26 da LDBEN 9394/96, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, para que as instituições adequem seus currículos a proposições da BNCC, mas também a aspectos de sua realidade, ultrapassando assim limites que deixam de lado a contextualização e as características dos estudantes. Dentre outros aspectos, a forma de organização, as metodologias e conteúdos complementares, se necessários, também se fazem presentes visto os diversos grupos, realidades e necessidades que compõe a nossa sociedade.

Na sequência, em 06 de março de 2018, foi divulgado no meio eletrônico, os materiais de apoio correspondentes a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, intitulados como ProBNCC. Esses materiais correspondem a vídeos explicativos que orientam os educadores a conhecer e entender as dez competências da BNCC e as áreas de ensino. Além de materiais em PDF que direcionam ao currículo, à consulta pública e aos tutoriais e orientações para a comunidade educadora.

Esse material foi lançado em parceria com o CONSED e a UNDIME, tendo a promessa de ser um material de apoio aos estados e municípios. Portanto, foi anunciado como “o Dia D” da BNCC, pois seria o dia em que esse material seria disponibilizado e divulgado na plataforma eletrônica para a sua discussão nas instituições de ensino. No dia 5 de abril de 2018, o MEC instituiu a PORTARIA Nº 331, que correspondia ao Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC). No seu Art.1, dispõe:

Fica instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, com vistas a apoiar a Unidade da Federação - UF, por intermédio das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação - SEDEs e das Secretarias Municipais de Educação - SMEs, no processo de revisão ou elaboração e

implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2018.p.1).

Com esse documento são instituídas diretrizes, parâmetros e critérios para a implementação da BNCC. Como indicado no artigo, esse programa veio no intuito de servir de apoio às secretarias estaduais e municipais de educação referente à elaboração e revisão de seus currículos. Foi informado no documento, os recursos financeiros, a assistência técnica, os instrumentos de apoio, termo de adesão, a formação das equipes que auxiliará no processo de revisão e/ou elaboração, quais os cargos que contemplam essa formação, a assistência técnica e o plano de trabalho.

Todos esses requisitos e orientações que fazem parte desse trabalho estão contidos nesse documento. Redes de ensino e escolas devem traduzir nos componentes curriculares e articular essas competências pensando suas práticas pedagógicas e em ambientes favoráveis à garantia dos direitos de aprendizagem. Todas as equipes gestoras das secretarias de educação e das escolas têm o desafio de elaborar planejamentos coletivos, pela equipe docente, responsável pelo desenvolvimento das competências gerais de forma interdisciplinar, ressignificando perfis pedagógicos e novos arranjos pedagógicos.

O pensar projetos pedagógicos e didáticos que contemplem em suas unidades temáticas, mapeando o que já existe e recriar essas propostas, contribuirá para a adoção de novas formas de avaliação dessas competências gerais. A escola precisa estudar formas de avaliar as práticas pedagógicas e as aprendizagens das crianças não apenas com instrumentos tradicionais de avaliar. É necessário que se ponha em mente os valores assumidos pelo currículo enquanto uma construção social, e esta põe em evidência a participação como uma característica crucial para a sua efetivação.

A materialidade da BNCC implica também em pensar em processos de autoavaliação, de pares, mentorias com orientações específicas; reflexões coletivas e repensar o papel dos conselhos de classe para ser um espaço de avaliação coletiva.

Cabe aos gestores e coordenadores praticar avaliações construtivas para o replanejar suas ações e, ao MEC, CONSED e UNDIME, o desafio de levar essa implementação até as instituições de ensino, por meio de formações esclarecedoras sobre o documento, o que acaba exigindo muito comprometimento, pois somente a sua aprovação enquanto norma legal, não garante sua imediata e pronta utilização. Com este estudo, gradativamente, vamos entendendo melhor as variáveis de sua implementação.



## **4 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM SÃO LUIS-MA**

De acordo com o que planejamos como objeto de estudo, após um panorama teórico, histórico e legal acerca dos fundamentos da BNCC, a trajetória política bastante conflituosa das suas versões seguindo com os registros sobre as concepções subjacentes sobre currículo, que compuseram os dois primeiros capítulos deste trabalho, neste último capítulo, detemo-nos a explicitar sobre a investigação a que nos propomos.

Trata-se, aqui, de demonstrar a nossa análise sobre os principais desafios e perspectivas dos educadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, representados por uma amostra de professores da rede municipal de ensino do nosso município.

Primeiramente, explicitaremos a metodologia de pesquisa adotada e em seguida faremos um relato das análises dos dados obtidos com a investigação. Essa análise tem como fundamento as concepções teóricas e legais referidas nos primeiros capítulos, desenhando-se um panorama geral das perspectivas de trabalho da SEMED e de seus professores quanto à implementação da BNCC no município.

### **4.1 Sobre a Metodologia Adotada**

O presente trabalho, de acordo com Lakatos e Marconi (2017), compreende como uma pesquisa tendo em seu perfil a abordagem qualitativa em que se preza pelo aprofundamento das concepções e pelo desenvolvimento interpretativo das entrevistas recolhidas. Nessa abordagem, será dada prioridade a análise documental e a uma investigação com os professores por meio de uma entrevista semiestruturada.

A análise documental é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – é quase sempre a base do trabalho de investigação. É evidente que este tipo de instrumento possui relevância para orientar o trabalho e evitar informações incorretas. Segundo Santos (2000):

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, etc., notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000, p. 47).

Observando essa definição acima, é importante informar que nossa pesquisa consiste em analisar o documento da BNCC (2018), no que tange aos textos introdutórios e aspectos referentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e as Resoluções correspondentes.

Foram revisados artigos correlacionados a temática e foram observados os principais acontecimentos na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, equivalentes ao seu histórico social e político, principalmente aos seus reflexos que perpetuam em documentos que hoje estão situados como essenciais à política de formação de professores. As referências legais, históricas e teóricas já sinalizadas anteriormente deram suporte à pesquisa de campo.

Os sujeitos da pesquisa foram envolvidos nessa proposta a partir de uma sensibilização dos mesmos, quanto à necessidade de reflexões sobre a implementação da BNCC, no âmbito das suas escolas. Segundo informações preliminares da SEMED, existem cerca de 160 escolas na Rede Municipal de Ensino Fundamental em São Luís - MA. Sendo um campo muito vasto, optou-se por três escolas municipais, que trabalhassem com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Após esse primeiro momento e, conforme suas informações, foram escolhidas três escolas, com localidades bem distintas para entrevistar alguns dos professores que lecionam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi adotada como técnica e instrumento de recolhimento de dados, a aplicação de uma entrevista semiestruturada com todos os sujeitos. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a técnica da entrevista proporciona a exploração de atitudes, conduta e reações dos entrevistados.

Por ser um campo de extensa comunicação, foi utilizado um roteiro de perguntas semiestruturadas em que, antecipadamente, traçou-se as informações necessárias para alcançar aos objetivos da pesquisa. Sendo assim, foi adotado, enquanto condição favorável, um Termo de Consentimento e Livre Esclarecido nas entrevistas com os professores, tendo como condição a sua participação voluntária mediante a sua liberdade em desistir a qualquer momento da pesquisa. Essa adoção foi feita na intenção de que eles participassem desse estudo de maneira cordial e válida, para que se obtivessem informações pertinentes e precisas sobre a realidade em estudo, nesse processo de implementação da BNCC, que se apresenta, desde 2017, como desafio às equipes gestoras e as escolas.

#### 4.2 Sobre a escolha das escolas e dos professores participantes da pesquisa

Com a intenção de responder aos objetivos específicos ligados à pesquisa, foram abordados no decorrer deste trabalho, aspectos referentes à historicidade, criação e legalidade do documento correspondente a Base Nacional Comum Curricular.

Após esse momento, e a partir das entrevistas feitas em distintas escolas da rede pública municipal de São Luís, teve-se uma maior descrição e entendimento de como está sendo a chegada e a implementação da Base nessas instituições. Com o fim de articular esses dados obtidos com a fundamentação teórica, o que nos leva ao alcance do objetivo geral da pesquisa.

Para a escolha das instituições, buscamos escolas municipais que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental com localizações distintas, a fim de obter dados concisos e verídicos sobre esse processo de implementação, como mostra o quadro 01, a seguir.

Quadro 1 - Localização das Instituições de Ensino

<b>Instituições campo da pesquisa</b>	<b>Localização</b>
U.E.B Santo Antônio	Cruzeiro de Santa Bárbara s/nº, bairro de Santa Bárbara.
U.E.B Professor Mata Roma	Av. Cento e Três, 96 -210 - Cidade Operária.
U.E.B Dra. Maria Alice Coutinho – Anexo III – Leonardo da Vinci.	Rua 03, s/n. Ipem Angelim, Angelim.

Fonte: Elaborado própria, 2019.

O primeiro passo, após as escolhas das instituições, foi contatar e explicar aos diretores e coordenadores sobre a pesquisa, o seu título e a sua finalidade para posteriormente ser feito o mesmo processo com os professores. Nessa conversa, foi apresentada a Carta de Apresentação às Escolas (anexo 01), e enfatizadas as seguintes informações no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A): o caráter voluntário de participação, a impossibilidade de quaisquer riscos de exposição, remuneração ou identidade a ser divulgada. Também foi ressaltada a sua liberdade em recusa ou retirada de consentimento em qualquer fase da pesquisa.

No universo das três instituições municipais citadas, todos os seus 18 professores dos anos iniciais foram convidados a participar da pesquisa. Dessa forma tivemos: 06 (seis) pertencentes à instituição U.E.B Santo Antônio; 05(cinco) da instituição U.E.B Dra. Maria

Alice Coutinho – Anexo III – Leonardo da Vinci; e 07(sete) docentes da U.E.B Professor Mata Roma. Porém, 03 professores pertencentes a U.E.B Professor Mata Roma, estavam impossibilitados de responder a entrevista.

Contudo, obtivemos um total de 15 professores respondentes. A entrevista (apêndice 02) era do tipo semiestruturada, aplicada a um professor por vez a fim de não alterar sua rotina e assim, conseguir coletar os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Nela, foram pontuadas algumas questões fundamentais: qual seria sua definição sobre o currículo; se já conhecem o documento da BNCC; qual seria a sua impressão sobre o documento; se já tiveram em suas escolas ou através da SEMED alguma discussão ou formação acerca da BNCC; quais as dificuldades, os maiores desafios para a implementação da BNCC e seus posicionamentos críticos a respeito dessa política.

Cada entrevista resultou em observações e posicionamentos dos docentes sobre o processo de implementação da BNCC em sua realidade. Esses discursos foram norteados pelas perguntas previamente estabelecidas, mas deixando espaço para que as suas reflexões fossem acrescentadas ao estudo. Por isso, acrescentamos que foi a abordagem bibliográfica e os dados recolhidos da pesquisa que determinaram o caminho pelo qual as discussões foram feitas.

#### **4.3 Resultados e Discussões das Entrevistas com os Professores**

No primeiro momento, foram analisados todos os discursos dos diferentes docentes relatados através das entrevistas semiestruturadas. A partir disso, organizamos as respostas dos docentes em quadros, de acordo com o nome da sua instituição e agrupados com os demais educadores da mesma. Essa sistematização nos permitiu explorar as respostas de cada pergunta e obter um consenso sobre quais os pensamentos, linguagens e ideias que possuem semelhanças ou estão de comum acordo em seus sentidos. Para manter o anonimato, os professores serão identificados como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P13, P14 e P15.

Fizemos a opção de listar poucas perguntas para que o diálogo fosse favorecido, além de não estipular o tempo de duração em cada entrevista para que os entrevistados se sentissem bem confortáveis ao responder suas questões. A realização das entrevistas foi feita pessoalmente, dentro das escolas, mas fora das salas de aula para que os registros das respostas dos professores pudessem ser de fato compreendidas.

Conscientes disso, iniciamos fazendo uma primeira pergunta a fim de resgatar informações sobre o entendimento, conhecimento e experiência de vida acadêmica desses profissionais para situarmos o nosso estudo, conforme os quadros 02, 03 e 04 abaixo.

Quadro 2 - Demonstrativo referente ao entendimento dos professores quanto à definição do que é o currículo da escola U.E.B Maria Alice Coutinho.

<b>PROFESSOR</b>	<b>1- O que você entende por currículo?</b>
P1	É o direcionamento do processo educacional de uma escola, tendo como objetivo orientar as ações dos professores.
P2	Currículo é estabelecido pelo sistema de ensino onde são expressas as diretrizes curriculares.
P3	O currículo rege todo o processo para a construção da aprendizagem, orientando as práticas pedagógicas e o cotidiano escolar.
P4	São determinados conhecimentos e práticas de ensino – aprendizagem de acordo com contexto histórico e cultural dos educandos, onde a partir desse pressuposto, procuram o direito ao conhecimento.
P5	É um grande norteador escolar, planejado para os alunos, com os conteúdos, materiais, recursos, além de processos avaliativos para alcançar os objetivos desejados.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 3 - Demonstrativo referente ao entendimento dos professores quanto à definição do que é o currículo da escola U.E.B Professor Mata Roma.

<b>PROFESSOR</b>	<b>1- O que você entende por currículo?</b>
P6	É a grade de atividades e práticas da escola.
P7	É o documento que norteia toda a organização escolar, não se restringe apenas a conteúdos, mas a todas as relações pertinentes ao contexto educativo, relações estas bem abrangentes.
P8	Conteúdos a serem abordados no processo de ensino – aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino.
P9	O currículo é uma ferramenta que orienta e organiza todo trabalho pedagógico (conteúdos, metodologias, avaliações) e etc.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 4 - Demonstrativo referente ao entendimento dos professores quanto à definição do que é o currículo da escola U.E.B Santo Antônio.

<b>PROFESSOR</b>	<b>1- O que você entende por currículo?</b>
P10	É aquele documento onde vai todos os teus dados profissionais.
P11	É a base da organização escolar, é uma proposta organizacional para o processo educacional.
P12	Currículo vai além de um conjunto de conteúdos a serem desenvolvidos

	numa escola. O currículo irá definir as estratégias a serem utilizadas pelos educadores e as ações a serem tomadas pelos gestores. Lembrando que o currículo é uma construção social, nunca neutro.
P13	O currículo é o caminho que as instituições de ensino farão para desenvolver as habilidades e competências da BNCC.
P14	É a maneira de organizar as práticas educativas, dando a ideia de um caminho percorrido ou que se vai percorrer.
P15	É a trajetória que cada instituição de ensino terá que percorrer para desenvolver as habilidades e competências que estão intrínsecas na Base Nacional Comum Curricular.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Podemos observar que, de acordo com a entrevista, a primeira questão referente ao entendimento dos docentes sobre qual o significado de currículo possui diferentes concepções. Entretanto, a maioria dos docentes entrevistados possui o entendimento do currículo relacionado à teoria mais tradicional que se refere a um modelo padrão de estrutura e grades de conteúdos muito relacionado ao tecnicismo narrado por Silva (2010).

No modelo tradicional de currículo temos como marco o livro *The Curriculum* de Bobbitt que inaugura uma concepção conservadora para as escolas baseado nas ideias de Frederick Taylor. Através dessa concepção, os currículos das escolas estariam semelhantes ao funcionamento de empresas, com o estabelecimento de procedimentos, objetivos e habilidades necessárias a um bom desempenho de trabalho. Essa ideia estaria estritamente ligada a economia (SILVA, 2010).

Mesmo com esse posicionamento, os professores também ressignificam essa concepção, ao destacar que:

**P3:** O currículo rege todo o processo para a construção da aprendizagem, orientando as práticas pedagógicas e o cotidiano escolar.

**P7:** É o documento que norteia toda a organização escolar, não se restringe apenas a conteúdos, mas a todas as relações pertinentes ao contexto educativo, relações estas bem abrangentes.

**P11:** É a base da organização escolar, é uma proposta organizacional para o processo educacional.

**P14:** É a maneira de organizar as práticas educativas, dando a ideia de um caminho percorrido ou que se vai percorrer.

No caso P3, P7, P11, P14 abordam que o currículo é um norteamento de todo o processo educativo inclusive das relações que estão presentes na escola. No entanto, não restringem a sua finalidade e isso, segundo Vasconcellos (1996) é considerável já que as relações históricas, políticas, sociais e culturais não se encontram permanentemente estática em nossa sociedade.

É importante observarmos que, nessa categoria anteriormente citada, o sujeito começa a ser levado em consideração, assim como nos discursos dos professores P4 e P12 é transmitido uma abordagem diretamente relacionada ao currículo enquanto construção social.

Na íntegra, temos:

**P4:** São determinados conhecimentos e práticas de ensino-aprendizagem de acordo com contexto histórico e cultural dos educandos, onde a partir desse pressuposto, procuram o direito ao conhecimento.

**P12:** Currículo vai além de um conjunto de conteúdos a serem desenvolvidos numa escola. O currículo irá definir as estratégias a serem utilizadas pelos educadores e as ações a serem tomadas pelos gestores. Lembrando que o currículo é uma construção cultural, nunca neutro.

Ainda no âmbito da discussão sobre currículo, destacamos a fala desses dois docentes, por acreditar que estes trazem aspectos pertinentes ao nosso estudo. O professor determinado como P4 destaca a sua definição não somente como a determinação das práticas educacionais, mas a inserção da realidade histórica e cultural dos educandos. E isso, sobre o olhar de Silva (2010) e Vasconcellos (1996) compreende como um aspecto extremamente importante ao processo educativo pois deixa-se em evidência que o currículo não é produzido por máquinas, e sim por sujeitos que se relacionam, modificam e estão em constante transformação histórica e cultural.

Para a definição do P12, destacamos a questão da não neutralidade ao currículo, comentada por Sacristán (2013) como uma prática reguladora e presente nos mínimos aspectos escolares como: os conteúdos, as normas da instituição, a estrutura curricular e até mesmo a construção cultural dos conteúdos possui uma intencionalidade imposta por diferentes sujeitos, empresas e grupos educacionais. Essa dimensão atua de maneira invisível pois o seu desenvolvimento já está enraizado a tanto tempo, que aos nossos olhos é visto enquanto imperceptível.

Sacristán (2013) explica que além dessas estruturas, existem agentes culturais mediadores como os livros e materiais didáticos, a política editorial e material além das exigências curriculares de grupos educacionais e de outras naturezas que dirigem esse trabalho, para além dos docentes. Portanto, esse território requer decisões, posições e considerações que o determinam enquanto um mecanismo não neutro.

A prática que se refere ao currículo supõe a expressão e equilíbrio de interesses e forças que estão posicionadas sobre o sistema educativo. Conseqüentemente, estes valores acabam refletindo sobre os conhecimentos que estão sendo trabalhados e desenvolvidos nas práticas educacionais.

Com base na definição dos professores sobre currículo, abriu-se espaço para

adentrarmos ao tema central das entrevistas que é sobre a Base Nacional Comum Curricular, como mostram os quadros 05, 06 e 07 a seguir.

Quadro 5 - Demonstrativo referente ao posicionamento dos professores quanto ao conhecimento do documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Maria Alice Coutinho

<b>PROFESSOR</b>	<b>2- Você conhece a Base Nacional Comum Curricular?</b>
P1	Sim. É um documento de normas para as redes de ensino públicas ou privadas.
P2	Sim. É um documento que norteia os conteúdos a serem ensinados.
P3	Sim. É um documento que norteia os currículos, as propostas pedagógicas em toda as esferas, tanto privada como pública.
P4	Sim. O conheço para a execução das atividades.
P5	Sim. O conheço em parte.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 6 - Demonstrativo referente ao posicionamento dos professores quanto ao conhecimento do documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Professor Mata Roma.

<b>PROFESSOR</b>	<b>2-Você conhece a Base Nacional Comum Curricular?</b>
P6	Não.
P7	Sim. Parcialmente.
P8	Sim. Mais ou menos.
P9	Sim. Um pouco, ainda não fiz um estudo aprofundado sobre o tema.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 7 - Demonstrativo referente ao posicionamento dos professores quanto ao conhecimento do documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Santo Antônio.

<b>PROFESSOR</b>	<b>2-Você conhece a Base Nacional Comum Curricular?</b>
P10	Sim. Mais o que tem na mídia.
P11	Sim. Parcialmente.
P12	Não.
P13	Sim. Só sobre a série que leciono.
P14	Sim. O conheço em parte.
P15	Sim. É um documento que tem por finalidade apresentar os conteúdos que os alunos devem aprender durante a vida escolar.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Segundo o posicionamento dos professores, temos a relevância de que, dos quinze entrevistados, apenas dois disseram que não conheciam ao documento da BNCC. Mesmo



assim, desses treze que sobraram, boa parte dos entrevistados afirmaram que conheciam ao documento, mas enfatizaram que este olhar era somente parcial tendo como foco ao ano que lecionavam, aspectos introdutórios, parciais ou aquilo que as mídias informam sobre essa política. Não sabemos de fato, concluir quais são os motivos precisos atualmente que justifiquem a esses docentes não o conhecerem.

No entanto, ao focarmos na figura do docente, trazemos o entendimento de Corazza (2016) ao resgatar o histórico de criação da BNCC destaca a participação desse profissional de maneira restritiva através dos seminários e pela plataforma online. A participação mais significativa foi após o lançamento da primeira versão de 2 a 15 de dezembro de 2015 que aconteceu uma mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão do documento preliminar da BNCC.

Após ele ser disponibilizado, os docentes e o público interessado puderam acessar e conhecer ao documento, embora o resultado dessa discussão ainda tenha sido abaixo das expectativas do Ministério da Educação. Na oportunidade seguinte, correspondente ao ano de 2016, foi após a divulgação da 2ª versão em que a presença dos docentes ainda permaneceu baixa assim como dentro dos seminários organizados pelo CNE. Mesmo assim, as versões iniciais, e a final que foi aprovada em 2018 estão disponibilizadas para a consulta no site do MEC.

Portanto, quanto ao conhecimento do documento, sobre os dizeres de Moreira; Candau (2007) é muito importante a participação dos docentes ao conhecimento produzido em sala de aula que no caso, seja o currículo. Uma vez que esse processo deve passar por momentos de discussões e contextualizações para enfim se chegar a uma aprendizagem mais significativa.

Sob o mesmo ponto de vista, mas referente a BNCC resgatamos a importância de investigar, compreender e conhecer ao documento. Principalmente por parte dos docentes que estarão a frente desse desafio que atualmente já tem a sua inserção oficial aos currículos das instituições. Portanto, entende-se como crucial a inserção de formações para que o conhecimento e discussões sobre essa proposta enfim cheguem as salas de aula.

A escola em geral, deve promover esses momentos de escuta, conhecimento e discussões em espaços que favoreçam o diálogo, a crítica e as ideias sobre o documento. Como por exemplo, na inserção de encontros e jornadas que contribuam para o entendimento dos docentes e ao mesmo tempo, favoreçam a sua aprendizagem em saber utilizá-lo na elaboração ou alinhamento de suas propostas curriculares.

A partir desse ponto à discussão, deu oportunidade para as questões a seguir, conforme quadros 08, 09 e 10 abaixo.

Quadro 8 - Demonstrativo referente à impressão dos professores ao documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Maria Alice Coutinho

<b>PROFESSOR</b>	<b>3- Qual a sua impressão sobre o documento?</b>
P1	É muito importante pois traça objetivos sobre a aprendizagem da educação básica e propõe desafios aos profissionais da educação.
P2	A intenção é muito boa, pois seu objetivo é padronizar /igualar os conteúdos a serem ensinados, beneficiando todos os alunos independente da sua classe social. Além disso, contém parte específica de cada Estado.
P3	Acho excelente a proposta, porém na prática estamos longe de alcançar a excelência na educação.
P4	O documento procura traçar meios para o ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos alunos na educação básica. Creio que seja fundamental inserir as propostas de acordo com a realidade histórica e cultural de cada região.
P5	É muito bom, pois melhora com certeza o trabalho do professor tendo como consequência, uma aprendizagem para o aluno.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 9 - Demonstrativo referente à impressão dos professores ao documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U. E.B Professor Mata Roma.

<b>PROFESSOR</b>	<b>3- Qual a sua impressão sobre o documento?</b>
P6	É muito bom.
P7	Documento é relevante que vem balizar tudo aquilo que deve ser trabalhado nas escolas do país desde a Educação infantil até o Ensino Médio.
P8	Um documento normativo para as redes de ensino e aprendizagens essenciais é bom.
P9	Acredito que o documento está sendo elaborado com objetivo de nortear o ensino -aprendizagem dos alunos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 10 - Demonstrativo referente à impressão dos professores ao documento da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Santo Antônio.

<b>PROFESSOR</b>	<b>3- Qual a sua impressão sobre o documento?</b>
P10	A impressão é pouca, pelo que vi tem pontos que a gente vê que precisam ser arrumados, melhor explicados até mesmo pra gente que trabalha na área educacional e queremos conhecer, queremos saber a respeito.
P11	Vem pra nortear o que é ensinado nas escolas, deixar o ensino mais

	igualitário.
P12	Pelo pouco que sei, a BNCC vem trazer mudanças para a educação no Brasil, parece uma mudança que irá contribuir para o desenvolvimento do ensino no nosso país. Mas essas mudanças tem que ultrapassar os portões da escola.
P13	Que é de extrema importância para o desenvolvimento escolar tanto na Educação Infantil, Fundamental e Médio traçando as competências e habilidades em um sistema mundial e equilibrado para todos.
P14	Acredito ser um documento importante para todos os envolvidos na área da educação, onde vai nortear a aprendizagem escolar, implantada e trabalhada de forma correta.
P15	Que não é um currículo, mas parte do currículo, ou seja, orienta na construção dos referenciais curriculares e projetos que determinarão as habilidades e competências que o educando desenvolverá durante o ano letivo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Em relação à impressão sobre o documento, a maioria dos professores relatavam que achavam importante, pois orienta o ensino e as aprendizagens dos alunos o que conseqüentemente proporciona um equilíbrio educacional de todos. Através disso, podemos observar que a maioria dos entrevistados possuía um olhar positivo sobre a BNCC uma vez que estes relatam aspectos defendidos pelo documento como o princípio de equidade frisado enquanto garantia dos direitos e da aprendizagem de todos.

Segundo Macedo (2014), o documento da Base se propõe como uma referência nacional daquilo que é importante e essencial ao conhecimento e a aprendizagem dentro de um currículo. Portanto, sobre o olhar da autora, o mito da formação de identidades perfeitas se esconde atrás da intencionalidade de empresas e grupos educacionais que buscam essa qualidade para a educação no intuito de alavancar a questão do profissionalismo para o mercado de trabalho.

Em relação a quem este orientaria, nos seus discursos é posto aquilo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996) esclarece sobre a sua finalidade e direcionamento de orientação aos currículos das instituições públicas e privadas de ensino. Por outro lado, no discurso de dois professores são ressaltados os mesmos aspectos relacionados à importância em ser um norteamento as práticas pedagógicas, mas eles ressalvam a questão da diversidade também presente no documento, conforme dito:

**P2:** A intenção é muito boa, pois seu objetivo é padronizar /igualar os conteúdos a serem ensinados, beneficiando todos os alunos independente da sua classe social. Além disso, contém parte específica de cada estado.

**P4:** O documento procura traçar meios para o ensino-aprendizagem e

desenvolvimento dos alunos na educação básica. Creio que seja fundamental inserir as propostas de acordo com a realidade histórica e cultural de cada região.

Sobre o aspecto da diversidade é importante ter em evidência que, a sua inserção ao texto não é por acaso. Esta já vinha presente nas versões anteriores, no Plano Nacional de Educação - 2014, assim como em outros documentos que promovem uma “legalidade” a BNCC. Essas colocações oferecem a sensação de um discurso flexível e feito de maneira coletiva e perceptiva como bem frisa Macedo (2017).

Dada a historicidade de toda a sua criação, compreendemos que esse processo guarda muitas contrariedades. E a inserção do tema da diversidade é positivo devido a nossa sociedade ter um pluralismo de culturas e diferenças em muitos sentidos. Por isso, acrescentar as nossas particularidades locais aos princípios gerais da Base para os professores talvez seja uma barreira não muito simples de transformação. Ainda sobre essa questão, trazemos o entendimento de uma outra professora:

**P15:** Que não é um currículo, mas parte do currículo, ou seja, orienta na construção dos referenciais curriculares e projetos que determinarão as habilidades e competências que o educando desenvolverá durante o ano letivo.

Com este olhar, temos a impressão da professora que está ligada intimamente aos dizeres de Corazza (2016), que resgata a diferenciação da BNCC e do currículo. Sobre o discurso do MEC a BNCC não é um currículo nacional e sim um referencial a sua produção. Portanto cabe as redes e instituições públicas e privadas criar ou adequar os seus currículos de acordo com a sua realidade. Mesmo assim, pensamos como a Base está sendo significada e usada pelos educadores uma vez que os aspectos referentes ao currículo e didática fazem parte da criatividade e especificidade desse profissional.

As falas dos professores referentes à sua impressão quanto ao documento da Base em sua maioria foram afirmativas e positivas. Acreditando que através dessa política o desempenho educacional dos alunos iria ter uma melhora significativa e progressiva. Apesar disso, a partir desta pergunta foram confirmadas as respostas da pergunta anterior que se referia ao conhecimento destes sobre a BNCC. Essa confirmação, deixou em evidência que os professores não sabiam o histórico sobre o documento, nem aos sujeitos e idealizadores que costuraram toda essa proposta.

Dando andamento a nossa compreensão sobre a integração dessa política aos currículos das escolas municipais de São Luís - MA, continuamos com a nossa investigação com uma pergunta que correspondeu a parte crucial da nossa pesquisa, conforme mostram os

quadros 11, 12 e 13 abaixo.

Quadro 1120 - Demonstrativo sobre a discussão ou formação dos professores acerca da Base Nacional Comum na escola U.E.B Maria Alice Coutinho.

<b>PROFESSOR</b>	<b>4-Você já teve nesta escola ou através da SEMED alguma discussão ou formação acerca da BNCC? Se positivo como foi?</b>
P1	Sim. A formação foi muito proveitosa, pois esclareceu dúvidas e houve aprendizagem. Podemos ver situações relatadas pelos colegas profissionais e criticar. Sempre focando os objetivos primordiais: Viver num mundo justo e solidário.
P2	Sim. Particpei de várias formações e palestras sobre ao assunto tanto na escola, quanto na Secretaria de Educação.
P3	Não tive nenhuma formação.
P4	Sim. Formação dos professores e pela SEMED. Muito proveitosa e enriquecedora.
P5	Sim. Foi mais noções do documento direcionado principalmente a etapa do Ensino Fundamental.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 12 - Demonstrativo sobre a discussão ou formação dos professores acerca da Base Nacional Comum na escola U.E.B Professor Mata Roma.

<b>PROFESSOR</b>	<b>4-Você já teve nesta escola ou através da SEMED alguma discussão ou formação acerca da BNCC? Se positivo como foi?</b>
P6	Não tive.
P7	Não tive.
P8	Não tive nenhuma.
P9	Sim. Na semana pedagógica estudamos a introdução da BNCC. Foi positivo para conhecermos a importância do estudo sobre o tema.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 13 - Demonstrativo sobre a discussão ou formação dos professores acerca da Base Nacional Comum na escola U.E.B Santo Antônio.

<b>PROFESSOR</b>	<b>4-Você já teve nesta escola ou através da SEMED alguma discussão ou formação acerca da BNCC? Se positivo como foi?</b>
P10	Não tive ainda.
P11	Sim. No início do ano letivo junto a gestora foi comentado de um modo geral, o que era, sua finalidade e etc.
P12	Não tive nenhuma formação.
P13	Não. Não houve discussão acerca da BNCC.
P14	Não tive.
P15	Sim. Muito válida e interessante, uma vez que clareou as finalidades e propósitos dessa para a educação.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

De acordo com as informações encontradas pelas entrevistas, dos quinze professores entrevistados, nove responderam que ainda não tiveram nenhuma formação ou discussão sobre a BNCC pelas suas respectivas escolas e nem através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Isso implica informar que a maioria dos docentes entrevistados entre essas três escolas pesquisadas, não participou de nenhuma discussão sobre a BNCC para que obtivesse mais conhecimento e entendimento sobre essa proposta.

No entanto, não podemos informar com total convicção que a Secretaria Municipal de Educação não tenha fornecido essas formações visto que, a quantidade de escolas presentes na capital é grande, e sendo que esse processo de implementação ainda está em andamento. Todos esses quesitos demandam tempo, recurso e estudo.

De acordo com as informações adquiridas junto à equipe da SEMED, as coordenações pedagógicas, vem participando mensalmente, desde 2017, de formações sobre este e outros temas emergentes cujo objetivo é que esses conhecimentos sejam multiplicados nas escolas. Também segundo a equipe, deve haver uma organização na escola, orientando os professores a buscarem informações em outras fontes para os seus planejamentos.

O que se percebe é que há uma ação até que bem intencionada, mas, que não está, ainda efetivamente impactando, mais diretamente nas salas de aula. O ideal é que essas formações cheguem ao chão da escola e contemplem os professores e os seus alunos.

Sobre o processo de formação, trazemos o discurso de Saviani (2016) que retrata sobre a importância de uma preparação de qualidade ao educador para que este reflita mais sobre o seu trabalho, suas condições materiais e estruturais. A partir de uma formação o professor se compromete ainda mais com os seus trabalhos pedagógicos, com as suas atividades curriculares, e com as discussões presentes referentes a este, portanto é cada vez mais capaz de se reinventar enquanto profissional e ser humano.

As narrativas ditas pelos professores revelam um descompasso naquilo que é divulgado em algumas propagandas e grandes discursos do Ministério da Educação e Desporto (MEC). Pois de acordo com o histórico do documento situado no meio eletrônico, temos a indicação da primeira versão introduzida através de uma mobilização ampla nas escolas de todo o Brasil para a sua discussão após ser disponibilizado no site. Entretanto, percebemos que nem todos os docentes e o público interessado puderam acessar e visualizar ao documento.

Na oportunidade seguinte, correspondente ao ano de 2016, foi após a divulgação da 2ª versão em que a presença dos docentes ainda permaneceu baixa assim como dentro dos

seminários organizados pelo CNE. Portanto, a partir desses indicadores percebemos que desde o momento de elaboração do documento incluindo as suas versões, os debates e discussões dentro de algumas escolas referentes ao documento estavam sendo esquecidos.

Referente aos professores que afirmaram que já tiveram presentes em alguma formação ou discussão sobre a BNCC, obtemos registro da opinião deles sobre tal abordagem:

**P1:** A formação foi muito proveitosa, pois esclareceu dúvidas e houve aprendizagem. Pudemos ver situações relatadas pelos colegas profissionais e criticar. Sempre focando os objetivos primordiais; viver num mundo justo e solidário.

**P2:** Participei de várias formações e palestras sobre o assunto, tanto na escola quanto na Secretaria de Educação

**P4:** Muito proveitosa e enriquecedora.

**P5:** Foi mais noções do documento direcionando principalmente para a etapa do Ensino Fundamental.

**P9:** Na semana pedagógica estudamos a introdução da BNCC. Foi positivo para conhecermos a importância do estudo sobre o tema.

**P11:** No início do ano letivo junto com a gestora foi comentado de um modo geral, o que era, sua finalidade e etc.

Através desses depoimentos sobre as discussões da Base, foi percebido que para os professores esse momento foi muito importante, proveitoso e esclarecedor já que eles tiveram um espaço para o esclarecimento de dúvidas e incompreensões. Reiteramos esse aspecto a Moreira; Candau (2007) que o currículo está diretamente ligado a vários mecanismos dentro da escola sobretudo a formação permanente dos educadores que devem produzir e refletir as particularidades do seu contexto.

E a BNCC corresponde a uma expectativa de transformações, sobretudo porque em seu texto, segundo Neira, Junior e Almeida (2016) dão destaque que desde as versões preliminares são introduzidos aspectos de mudanças na formação inicial e continuada dos professores. Com base nesse princípio, o seu texto também vem trazendo uma abordagem interdisciplinar do conhecimento que expõe a necessidade de uma formação que seja capaz de assumir essas características novas.

Portanto, diante de um sistema educativo que possui muitas lacunas, esses momentos são primordiais para que sejam lançadas as discussões, esclarecimento de dúvidas, objetivos e finalidades a luz de pesquisas teóricas que demonstrem a veracidade desses fatos. Assumir essa discussão é muito importante dentro das instituições e requer de muito estudo, transparência e criticidade já que esse documento engloba aspectos pertinentes dentro da escola.

Baseando - se nesses aspectos, buscamos entender de acordo com o ponto de vista dos professores sobre os empecilhos dessa implementação, como identificam os quadros 14,

15 e 16 abaixo.

Quadro 1421 - Demonstrativo sobre as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC na escola U.E.B Maria Alice Coutinho.

<b>PROFESSOR</b>	<b>5-Quais as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC?</b>
P1	A colaboração de todos para haver o processo de forma eficaz. O conhecimento da teoria da BNCC para alguns profissionais, esclarecendo dúvidas e críticas.
P2	Acho que nem sempre o que é mostrado e/ou ensino é realizado na prática. Como não existe nenhum tipo de fiscalização, na maioria das vezes os professores ainda ficam ligados somente ao livro didático.
P3	Falta de Investimentos corretamente, acompanhamentos por parte do poder público na efetivação da proposta.
P4	O diálogo e discussão por parte das Secretarias. Mas o Conhecimento sobre o documento dever ser atualizados pelos educadores. A maior dificuldade é a falta de apoio material e motivação para sua implementação.
P5	O não conhecimento do documento, pôr em prática sem esse conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 15 - Demonstrativo sobre as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC na escola U.E.B Professor Mata Roma.

<b>PROFESSOR</b>	<b>5- Quais as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC?</b>
P6	O conhecimento do documento.
P7	Uma das dificuldades é que muitas escolas ainda nem sentaram para discutir e implementar a BNCC. Creio que a implementação deste documento seja um dos maiores desafios pois ainda existem muitas escolas que não tem nem mesmo o projeto Político Pedagógico real da escola.
P8	Tempo escasso para discutir com os professores sobre a BNCC, a falta de material para apropriação do mesmo (BNCC), até os gestores se encontram despreparados para liderar o processo de implementação na escola.
P9	É fazer com que todos os professores da rede participem da sua construção.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.



Quadro 1622 - Demonstrativo sobre as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC na escola U.E.B Santo Antônio.

PROFESSOR	5- Quais as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC?
P10	A dificuldade é porque é complicado ter algo no documento que não condiz com a realidade presente.
P11	A dificuldade maior é relacionar, encaixar a turma aos conteúdos, que fogem da realidade em que eles estão. Na minha opinião o objetivo da BNCC que é tornar os currículos das redes mais próximos é ilusão, já que até os livros vem resumidos em relação aos conteúdos da rede privada.
P12	A falta de conhecimento desse novo documento deve ser uma das maiores dificuldades. Tanto por parte dos professores, quanto de gestores e coordenadores. Como também a estrutura da escola e a escassez de recursos para se trabalhar adequadamente.
P13	Creio que as maiores dificuldades e os maiores desafios é garantir que cheguem a todas as escolas do Brasil, mas não é só isso. Que todos os professores, gestores e outros que fazem parte do sistema estejam preparados e treinados de acordo com a BNCC. Coisa um pouco difícil, pois falta tempo tanto para treinamento ou para o aprofundamento dos conceitos previstos na BNCC.
P14	Formação Pedagógica dos professores, materiais didáticos adequados a BNCC.
P15	Infelizmente, muitos gestores ainda não se apropriaram da BNCC e portanto, não conseguem implementa-la nas escolas, Falta de formação específica, condições físicas e falta de apoio dos órgãos competentes, também é desafiador.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Com base em suas respostas, e partindo dessa análise, percebemos que a questão da falta de momentos de discussões e formações são pontos mais recorrentes em suas falas. O que nos levantaram a uma série de questionamentos, devido a mesma necessidade ser percebida por diferentes professores que atuam em diferentes instituições de ensino. Como indicadas em seus discursos, destacamos algumas dessas especulações:

**P5:** O não conhecimento do documento. Pôr em prática sem esse conhecimento.

**P9:** É fazer com que todos os professores da rede participem da sua construção.

**P14:** Formação pedagógica dos professores. Materiais didáticos adequados a BNCC.

**P11:** A dificuldade maior é relacionar, encaixar a turma aos conteúdos, que fogem da realidade em que eles estão. Na minha opinião o objetivo da BNCC que é tornar os currículos das redes mais próximos, é ilusão, já que até os livros vem resumidos em relação aos conteúdos da rede privada.

Evidencia-se através desses pronunciamentos a importância das formações e discussões sobre a BNCC enquanto ponte ao entendimento dos professores sobre o

documento. Todavia, o discurso do professor P9 nos chamou atenção pois ele resgata a questão da participação dos docentes nas formações das escolas ou do município. Essa questão da participação, é muito importante.

De acordo com Vasconcellos (1996) a comunidade acadêmica, em especial os educadores devem ter a compreensão de que são produtores curriculares e que possuem a tarefa de atuar, construir e cumprir o seu papel em melhorar o desempenho educacional. E essa tarefa também está diretamente ligada a suas realidades particulares escolares e as singularidades dos sujeitos que estão presentes nesse espaço.

Portanto, há um enorme desafio destes em articular como afirma o P11, a realidade presente com o que é indicado pela política. Mesmo assim, reafirmamos que é crucial a participação dos educadores nessas conversas para adquirir conhecimentos e obter clarezas com relação ao documento. Pois, a base não é um currículo, apesar de ser uma proposta normativa e obrigatória, é apenas um norte mínimo e básico.

A responsabilidade está na adoção deste documento, adequando conforme a proposta curricular do nosso estado, como forma de querer ir além das informações e habilidades presentes ao documento ou não. Consequentemente, é responsabilidade dos educadores conhecer ao documento, e se por vontade, querer participar desses encontros quando estiverem acontecendo, já que é um processo que ainda está em implementação, como forma de conhecer, tirar dúvidas, ouvir opiniões e obter saberes que levem ao progresso de sua carreira. Outros pontos fundamentais no registro dessa pergunta, estão contidos no enunciado das professoras:

**P7:** Uma das dificuldades é que muitas escolas ainda nem sentaram para discutir e implementar a BNCC. Creio que a implementação deste documento seja um dos maiores desafios, pois ainda existem muitas escolas que não tem nem mesmo o projeto Político Pedagógico real da escola.

**P12:** A falta de conhecimento desse novo documento deve ser uma das maiores dificuldades. Tanto por parte dos professores, quanto de gestores e coordenadores. Como também a estrutura da escola e a escassez de recursos para se trabalhar adequadamente.

**P15:** Infelizmente, muitos gestores ainda não se apropriaram da BNCC e, portanto, não conseguem implementá-la nas escolas. Falta de formação específica. Condições físicas e falta de apoio dos órgãos competentes, também é desafiador.

Observando o diálogo com as respectivas professoras, P7, P12 e P15 são destacados problemas presentes na realidade de todos os setores educacionais. A verdade é que não são recentes, e o interesse por uma base dado o histórico do documento, ocultou não somente o interesse de grandes empresas e grupos empresariais, mas os problemas estruturais e materiais do ensino público.

Recordamos o pensamento de CORAZZA (2016) que resgata que a Base guarda aspectos presentes na formação e atuação dos educadores, disponibilizados em seu texto, mas também deixa de lado problemas como: a sua remuneração baixa, a infraestrutura precária das escolas e o material didático disponibilizado de má qualidade. Dentre outros aspectos que dificultam essa articulação e acabam produzindo desequilíbrios e muitas nuances as escolas, aos alunos e aos professores.

Por isso, é sempre interessante, ir para além das formações, pesquisar e conhecer as nuances das políticas educacionais atuantes para verificar o histórico e sentido de suas propostas. Espera-se que as oportunidades de participação e conhecimento sobre o documento fora e dentro das instituições (Figura 1 abaixo), sejam sempre ampliadas em todo momento, como exposto esse momento em outra instituição.

Figura 1 - Formação pedagógica sobre a implementação da BNCC em uma escola da rede municipal de São Luís: parceria com a UEMA



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Algumas escolas investem um pouco mais realizando encontros, jornadas e formações melhor programadas sem que haja prejuízo para nenhum de seus sujeitos, entendendo que, assim como os alunos tem os direitos de aprendizagem, os professores tem o seu direito à formação continuada em serviço. Tivemos a oportunidade de participar de uma formação mais específica onde a escola fez parceria com a professora orientadora desta pesquisa que vem desenvolvendo pesquisa e extensão nas áreas de Currículo e do Letramento. A escola aproveitou um período de reforma e trabalhou de forma mais aprofundada questões teóricas e práticas referentes a BNCC de forma mais crítica e reflexiva, obtendo-se resultados muito positivos segundo seus professores (BRASIL, 1996; 2017).

Dentro dessa aproximação, resgatamos essa necessidade de formação, não generalizando esse trabalho. Visto que o nosso recorte, é de investigação em 3 escolas dados a

rede municipal que contempla 160 escolas públicas em São Luís – MA. Mas podemos ressaltar a relevância de se ter uma orientação que busque o desenvolvimento de melhores políticas públicas para o aperfeiçoamento do sistema educativo. Dentre todas essas questões mencionadas e dando persistência ao nosso estudo, introduzimos uma última pergunta que nos dimensionava a conhecer profundamente a opinião dos professores sobre a Base, conforme os quadros 17, 18 e 19 abaixo.

Quadro 17 - Demonstrativo sobre o posicionamento crítico dos professores quanto à política da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Maria Alice Coutinho.

<b>PROFESSOR</b>	<b>6- Qual o seu posicionamento crítico a respeito dessa política?</b>
P1	O projeto é muito bom e interessante, mas não é posto em prática como deveria em algumas escolas. A teoria não anda junto da prática, isto o torna incompreensível ao ponto de pôr em uso.
P2	Concordo em parte, porque a BNCC acaba não atingindo a todos, por alguns fatores. A integração dessa Base no cotidiano da escola ainda apresenta lacunas que acabam interferindo no resultado da aprendizagem.
P3	Apesar de ser uma excelente proposta, a escola em si não pode fazer nada sozinha, a participação da família é fundamental para a formação cidadã, e o que vemos hoje é a família jogando toda a responsabilidade na escola.
P4	Acredito que deve haver mais conhecimento, mais investimento e mais motivação na educação básica. Menos ideologias seja qual for sua origem.
P5	O que falta principalmente é conhecer suficiente o documento na íntegra.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 18 - Demonstrativo sobre o posicionamento crítico dos professores quanto à política da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Professor Mata Roma.

<b>PROFESSOR</b>	<b>6- Qual o seu posicionamento crítico a respeito dessa política?</b>
P6	É diferente da realidade da escola.
P7	A BNCC é um documento relevante como já mencionei que veio para viabilizar a escola contemporânea para trabalhar a educação integral dos alunos, já que toda e qualquer transformação da sociedade permeia o ambiente escolar. Entretanto é necessário ressaltar que há muitos entraves que vão desde as macroestruturas educacionais até o ambiente escolar. Pois a transformação na educação só acontecerá de fato se houver a possibilidade da implementação e efetivação nas escolas.
P8	A BNCC por ser algo novo e definir um conjunto progressivo de aprendizagem em que todos devem desenvolver, irá demorar a ter suas competências gerais e específicas como prática diária. Depara-se com uma controvérsia citada no documento que afirma grandes investimentos financeiros, e na verdade temos uma educação com poucos investimentos, desvalorização profissional e falta de credibilidade nas avaliações externas.... Para que o país consiga atingir o pleno desenvolvimento da

	educação está se falando de algo que está a anos luz de distância do que se tem no cenário atual.
P9	Cito como conquista: a implementação da BNCC de forma colaborativa com objetivo de tornar o currículo igualitário em todo Território Nacional. Entretanto, esse documento precisa chegar nas escolas e encontrar um espaço estruturado, equipado, aparelhado e com professores qualificados (formação continuada) e bem remunerados.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 1923 - Demonstrativo sobre o posicionamento crítico dos professores quanto à política da Base Nacional Comum Curricular na escola U.E.B Santo Antônio.

PROFESSOR	6-Qual o seu posicionamento crítico a respeito dessa política?
P10	É um documento importante, mas deve ser percebido em alguns pontos.
P11	A política é ótima, mas no momento não está funcionando com a turma. Além ainda de que precisamos de formações a respeito.
P12	Essas transformações só serão de fato alcançadas se houver investimentos na educação, como capacitação de professores, melhores condições de trabalho, ambientes adequados para os alunos, dentre outras.
P13	Muito importante e de extrema necessidade para o futuro da educação em nosso país, pena que essa BNCC acaba ficando só no papel, mas temos que torcer para dar certo em todo o Brasil.
P14	A implementação da BNCC representa um marco para a educação brasileira, o que não deve acontecer é deixar de lado as realidades locais e as particularidades culturais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Os depoimentos dos professores demonstraram novamente que a questão da estruturação da escola e dos conhecimentos e investimentos para o trabalho com a política da BNCC são os aspectos mais relevantes. É pertinente enfatizar a questão da formação dos docentes, das discussões sobre essa política dentro das escolas e através da Secretaria Municipal de Educação enquanto necessidade para o conhecimento de sua finalidade, seus objetivos e a sua metodologia. Dentro desses comentários, trazemos como exemplo os relatos:

**P1:** O projeto é muito bom e interessante, mas não é posto em prática como deveria em algumas escolas. A teoria não anda junto com a prática, isto o torna incompreensível ao ponto de pôr em uso.

**P9:** Cito como conquista: a implementação da BNCC de forma colaborativa com objetivo de tornar o currículo igualitário em todo Território Nacional. Entretanto, esse documento precisa chegar nas escolas e encontrar um espaço estruturado, equipado, aparelhado e com professores qualificados (formação continuada) e bem remunerados.

**P12:** Essas transformações só serão de fato alcançadas se houver investimentos na educação, como capacitação de professores, melhores condições de trabalho, ambientes adequados para os alunos, dentre outras.

Os depoimentos dos professores expressam uma receptividade ao documento, mas reafirmam a necessidade de um olhar atento a outras problemáticas na escola que deveriam anteceder a essa implementação. A partir dessas colocações, damos ênfase a aspectos intimamente ligados a realidade dos docentes, já citados por Corazza (2016) que é a questão dos equipamentos, estruturas do local de trabalho e a qualificação dos professores. Dessas justificativas referidas, trazemos o olhar:

**P7:** A BNCC é um documento relevante como já mencionei que veio para viabilizar a escola contemporânea para trabalhar a educação integral dos alunos, já que toda e qualquer transformação da sociedade permeia o ambiente escolar. Entretanto é necessário ressaltar que há muitos entraves que vão desde as macroestruturas educacionais até o ambiente escolar. Pois a transformação na educação só acontecerá de fato se houver a possibilidade da implementação e efetivação nas escolas.

A partir desses dizeres, visualizamos um maior conhecimento dos docentes por parte do documento. Sobre o olhar do professor intitulado como P7, temos a abordagem do ensino integral pelo qual o documento expõe como um compromisso a uma formação que atenda não somente o desenvolvimento crítico e moral dos sujeitos, mas aos desafios da nossa sociedade.

Em referência a esses desafios da nossa sociedade, essa aprendizagem requer principalmente colaborar na formação de um sujeito para o mercado de trabalho como bem sinalizava o modelo de educação técnica. Discordando desse olhar, e acreditando na possibilidade de um currículo enquanto construção social Moreira; Candau (2007) considera que uma educação de qualidade deve construir sujeitos que não somente atendam as necessidades do cotidiano, mas as transformem.

Referente as particularidades e diferenças a nossa realidade, os professores dispõem:

**P8:** A BNCC por ser algo novo e definir um conjunto progressivo de aprendizagem em que todos devem desenvolver, irá demorar a ter suas competências gerais e específicas como prática diária. Depara-se com uma controvérsia citada no documento que afirma grandes investimentos financeiros, e na verdade temos uma educação com poucos investimentos, desvalorização profissional e falta de credibilidade nas avaliações externas.... Para que o país consiga atingir o pleno desenvolvimento da educação está se falando de algo que está a anos luz de distância do que se tem no cenário atual.

**P14:** A implantação da BNCC representa um marco para a educação brasileira, o que não deve acontecer é deixar de lado as realidades locais e as particularidades culturais.

As colocações dos professores P9 e P14 estão diretamente ligadas a intencionalidade do documento em comparação com a realidade da escola. Apesar de sabermos que cada estado deve formular sua proposta pedagógica, temos a BNCC como meio orientador básico para essa elaboração. No entanto, o que nos deixa pensativos é saber se a nossa realidade atende ao mínimo apresentado pelo documento.

Sobre muitos aspectos os seus idealizadores a tomam enquanto flexível para a construção dos seus currículos escolares dado ao tipo de texto introduzido e distribuído enquanto percepção normativa e coletiva. Macedo (2014) conta que desde o seu histórico as controvérsias estão presentes, assim como a presença de grandes empresas e distintos atores sociais em sua elaboração. Muitos destes, financiaram esses encontros e estavam intimamente ligados a produção de uma Base que produziria uma melhor “qualidade para a educação”.

A inserção sobre os assuntos da diversidade além de outras questões como as nossas realidades particulares oferecem a sensação de que a Base enquanto meio orientador ao currículo pode garantir se bem utilizada, a formação de identidades perfeitas. Entretanto, sua intenção nada mais é do que centralização os conteúdos para que os padrões das avaliações educacionais possam aumentar.

Todas essas características dificultam o trabalho da comunidade educacional de introduzir a sua opinião e percepção crítica ao documento e até mesmo acrescentar suas particularidades locais aos princípios gerais que vem sendo introduzidos. Portanto, tem - se uma barreira quando não se leva em consideração a formação para os professores, e a discussões sobre o documento para que estes não deixando de lado as suas características e subjetividades que devem ser tratadas enquanto adequações ao currículo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar uma análise de como está sendo o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas municipais de São Luís – MA através do exemplo de três escolas distintas da capital. Esse tema prendeu o nosso olhar através das experiências de estágio obrigatório onde foi percebido certa fragilidade e desconhecimento do documento por parte da comunidade escolar.

Sob essas observações, muitas indagações foram sendo feitas. Principalmente porque no momento atual a Base já é uma política oficial de norteamo ao currículo de todas as escolas públicas e privadas. Sendo assim, o processo de implementação desse “novo” meio orientador está em andamento para que em 2020 este já esteja inteiramente implementado em todas as redes de ensino do território nacional.

O diálogo sobre esse processo de implementação é importante, devido as mudanças que serão feitas a partir dessa inserção na estruturação dos currículos. Esta, influenciará não somente na aprendizagem dos discentes, mas na prática pedagógica dos professores. Portanto, nada mais convincente do que investigar a sua opinião e perspectiva sobre a adoção deste documento.

Diante do que foi exposto, é válido fazermos uma recapitulação de como foi o percurso dessa pesquisa. Inicialmente abordamos a concepção do que é o currículo sobre os seus diferentes pontos de vistas e teorias que buscam explicá-lo. Pondo em destaque a abordagem de Silva (2010) que percorre a historicidade de suas teorias, marcos teóricos e acontecimentos que embasam esse caminhar.

O resgate do currículo enquanto construção social, histórica e cultural segundo Vasconcellos (1996) deu a oportunidade de observar como as mudanças sociais promovem transformações significativas no currículo das escolas. E os sujeitos que estão inseridos diretamente ou indiretamente naquele espaço, precisam ser vistos como produtores curriculares que estão situados em uma sociedade que vive em transformação e que por isso, estes também estão à mercê dessa atividade.

Importante compreender que, assim como o autor Gimeno Sacristán (2017) pautou, trabalhar com o currículo das escolas requer o entendimento de que este é um dos principais mecanismos que a operam. Envolve muitas questões e fatores que implicam em relações de poder, um poder oculto em que são mascaradas muitas questões externas a essa relação.

Esses aspectos, criam verdadeiras tradições nas práticas escolares e ao



conhecimento assimilado pelos professores, o que implica em grandes problemas para a qualidade dessa educação. Sendo assim, destacamos a necessidade da figura do professor enquanto membro ativo neste trabalho, responsável pela elaboração do currículo e por toda a atividade que inside sobre a aprendizagem dos alunos no chão da escola.

Ao cruzarmos esse pensamento, e sob o aprofundamento das definições e de todo o histórico legal e teórico da Base Nacional Comum, verificamos como a proposta foi sendo moldada através de embates econômicos, sociais, políticos e educacionais. Sobre os olhares de interesses privativos conforme Macedo (2014) expõe, a Base acaba sendo dentro de sua finalidade, um instrumento de regulação ao estabelecer metas para o desempenho educacional.

Nesse percurso, destacamos o Estado enquanto promotor e articulador dessa política que ressurgue sua intencionalidade através do MEC, CONSED e UNDIME. Este, acaba compartilhando esse “poder” com organismos internacionais cujo interesse é elevar o índice do mercado. Assim, o currículo acaba sendo um grande foco para essas mudanças.

Por outro lado, resgatamos que a ideia de uma Base, acaba sendo desconfigurado ao longo de sua trajetória que passa da defesa de uma política global de formação dos professores a uma orientação curricular para as escolas, o que acaba deixando de lado questões voltadas a essa categoria como por exemplo a sua própria valorização, a questão salarial e estrutural do seu local de trabalho (CORAZZA, 2016).

Ao analisarmos sua elaboração, temos a nitidez de observar como as redes de ensino e grande parcela da comunidade escolar, e em especial os professores não tiveram a oportunidade precisa de estar por dentro deste debate. Embora tenha existido momentos de discussões sobre o documento, ressalva-se o pouco tempo para o seu estudo, e a pronúncia contrária de alguns grupos educacionais que foram postas de lado dando lugar a uma elaboração feita por especialistas.

Com este estudo ficou mais evidente, que o currículo das instituições assim como outros mecanismos que direcionam o trabalho pedagógico devem ser vistos e percebidos de maneira autoral pelos docentes que nela lecionam. É atuando dentro das instituições que são percebidas as necessidades, fragilidades, e aspectos que serão formados diante da realidade que é apresentada. Portanto a participação, destes é crucial (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Um outro fator de grande relevância nessa pesquisa, foi analisar o seu histórico de elaboração legal por meio da Constituição de 1988, a LDBEN 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação de 2014. Através desses documentos foram notados contextos que implicaram em

suas versões, e que finalizam no ano de 2018 ao ser devidamente homologada enquanto meio orientador aos currículos de toda a Educação básica.

Sobre essa última versão da BNCC, algumas questões foram sendo suscitadas já que esta vem sendo traduzida como um enxugamento das versões anteriores, sendo preservados alguns aspectos das versões preliminares como: as aprendizagens essenciais, as competências, o desenvolvimento integral do aluno, o sentido de igualdade, de diversidade e equidade, além de outros pontos (NEIRA, 2017; BRASIL, 2018).

A questão da qualidade da educação é uma ênfase bem pautada em seu discurso, que inclui o exemplo das avaliações internacionais como forma de exemplificar a realidade curricular de outros países através de uma BNCC. Assim, também entra em pauta a formação inicial e continuada dos professores e a confecção de materiais didáticos alinhados a essa política, o que caracteriza as suas ações de regulação quanto a um documento básico (MACEDO, 2014; BRASIL, 2018).

Certo é que a realidade do Brasil em muitos sentidos, sobretudo o educacional está necessitando de severas reparações. No entanto, a tentativa de uma homogeneização ao currículo de todo o território brasileiro talvez não seja a saída mais emergente. Principalmente quando se envolve o mercado de trabalho e o desenvolvimento da economia como ponte de motivação a esse “atraso”.

O desenvolvimento integral dos alunos deve ser estimulado para que a aprendizagem captada ao longo desse processo o faça ir para além das demandas econômicas e do mundo do trabalho. Ao regar um saber significativo, damos a oportunidade para que estes desenvolvam um pensamento reflexivo, ético e crítico que seja capaz transformar a sua realidade (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Portanto, ao analisar todas essas questões e conscientes de que a Base já é uma política efetiva, e que está sendo inserida no planejamento didático das escolas. O problema levantado nessa pesquisa, foi descobrir quais os desafios e as perspectivas dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre esse processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular? Por meio desse objetivo geral visou-se conhecer a partir do diálogo com alguns professores como está sendo esse processo de implementação na rede municipal.

As observações e entrevistas realizadas nas distintas escolas, U.E.B Maria Alice Coutinho, U.E.B Professor Mata Roma e U.E.B Santo Antônio produziram consideráveis resultados a pesquisa. Foi percebido que os professores possuem dúvidas em relação ao documento e, que em muitos casos neste grupo, o seu conhecimento quanto a este ainda é

superficial. Os professores estão muito focados a reconhecer que até o momento estiveram em poucas e introdutórias formações relacionadas a BNCC.

Sobre a natureza desse discurso dos professores, é relevante se destacar a importância das formações, as palestras e discussões como os principais meios de diálogo, entendimento e esclarecimento sobre a Base. A formação é espaço de valorização e qualificação do educador pois é nesse espaço que o seu saber é reciclado e impulsionado a novos tipos de conhecimentos, portanto o sinalizamos como espaço de desenvolvimento (SAVIANI, 2016).

Com isso, considera-se que, assim como exposto em um de seus objetivos específicos, o resultado desse recorte seja divulgado, embora essa amostra seja ainda pequena em comparação a quantidade de professores e escolas Municipais existentes em São Luís - MA. Os resultados encontrados através dessa amostra sugerem que existem ainda muitas questões a serem debatidas nesse processo de implementação que ainda está em andamento.

Um fator que julgamos importante nesse processo de implementação da BNCC e a garantia de formação continuada às equipes gestoras e aos professores com o objetivo de divulgar, ampliar o debate, elaborar críticas, considerando às condições reais que cada território apresenta. Nesse sentido, é importante considerar que a implementação também avança com a elaboração do Documento Curricular do Território Maranhense – que não foi objeto de estudo neste trabalho, mas que tem papel essencial na consolidação dos processos que seguem.

Portanto, destaca-se o interesse de posteriormente ampliar o número de participantes da pesquisa a fim de obter dados mais precisos e quantitativos que confirmem ainda mais, a veracidade das informações encontradas e aprofundar os estudos referentes a esses novos referenciais e Diretrizes.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela; SCHEIBE, Leda. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. **Revista Educação e Sociedade**, v.20, n.68, número especial, formação de profissionais da educação — políticas e tendências, 1999. In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf> . Acesso em: 16/01/19.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em:18/01/19.

BRASIL. 1996. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 134(248), p. 27833-841, 23 dez. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em 25/01/19.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf> . Acesso em: 14/02/19.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF,1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf> . Acesso em 18/02/19.

BRASIL. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. **Brasília: MEC-Secretaria de Educação Fundamental**, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> . Acesso em : 23/01/19.

BRASIL. MEC. CNE. 1998a. Parecer CEB 04/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB0498.pdf> . Acesso: 29/01/19.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acesso em: 18/02/19.

BRASIL. 1999. Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências**. Online, disponível em < <http://www.brasil.gov.br>, 13/12/1999>. Acesso em 18/04/2019.

BRASIL. 2000a. **Parecer sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.173, de 1998** (apenso o Projeto de Lei nº 4.155/1998), que aprova o Plano Nacional de Educação. Redação final na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, aprovado em 15/12/1999. Online, disponível em < <http://www.camara.gov.br>, 03/02/2000> . Acesso em 18/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf) . Acesso em: 21/02/19.

BRASIL. Conferência nacional de educação (CONAE), 2010. Brasília, DF. **Construindo o sistema nacional articulado de educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias**; documento final. Brasília, DF: MEC, 164p, 2010b. Disponível em: [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf) . Acesso em: 17/04/19.

BRASIL. **Resolução MEC/CNE 04/2010**. Brasília, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de jul. 2010. Disponível em : [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf) . Acesso em: 14/03/19.

BRASIL. **Resolução CNE/ nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010**. Disponível em : < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf) > Brasília, Ministério da Educação, 2010. Acesso em 17/04/2019

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 26, 2014. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=268037&tipoDocument o=LEI&tipoTexto=PUB> > Brasília: Ministério da Educação, 2014. Acesso em 17/04/19.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – Documento preliminar. MEC. Brasília, DF, 2015. Disponível em : <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf> . Acesso em: 17/02/19.

BRASIL; Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – Documento preliminar. MEC. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf> Acesso em: 22/04/19.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 04/05/19.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2017**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 41-44, 2017. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaosvinculados-82187207/53031-resolucoes-cp-2017> > Brasília: Ministério da Educação, 2017. Acesso em: 03/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. Brasília, DF, 2018. Disponível em : [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) . Acesso em: 13/03/19.

CONARCFE. **Documento final do I Encontro Nacional do Projeto de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação**. Belo Horizonte,

1983. Impresso. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/1º-Encontro-Documento-Final-1983.pdf> . Acesso em 25/03/19.

CORAZZA, Sandra Mara. **Base Nacional Comum Curricular: apontamentos crítico-clínicos e um trampolim.** Educação, v. 39, n. Esp, p. s135-s144, 2016. Disponível em : <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/23591> . Acesso: 12/03/19.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A formação de professores e a base comum nacional: questões e proposições para o debate.** RBPAAE - v. 29, n.2, p. 367-388, mai/ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/43529> . Acesso em : 23/03/19.

HORIZONTE, BELO. ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-ANFOPE. Disponível em : [http://www.gppege.org.br/ArquivosUpload/1/file/Doc%20FINAL%20XVIII%20ENANFOPE%206\\_3\\_2017%20Coordenação%20Iria.pdf](http://www.gppege.org.br/ArquivosUpload/1/file/Doc%20FINAL%20XVIII%20ENANFOPE%206_3_2017%20Coordenação%20Iria.pdf) . Acesso em 09/03/19.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACEDO, Elizabeth. **AS DEMANDAS CONSERVADORAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM** Educação & Sociedade, vol. 38, núm. 139, abril-junho, 2017, pp. 507-524 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. In : <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf> . Acesso em: 09/04/19.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez.2014. In: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666> . Acesso em : 13/04/19.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em 24/04/19.

NEIRA, Marcos Garcia. **Terceira versão da BNCC: retrocesso político e pedagógico.** 2017. Disponível em: [http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos\\_38.pdf](http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_38.pdf). Acesso em 29/04/19.

NEIRA, Marcos Garcia; JÚNIOR, Wilson Alviano; DE ALMEIDA, Déberson Ferreira. **A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes.**1/THE FIRST AND SECOND VERSIONS OF BNCC: CONSTRUCTION, INTENTIONS AND CONSTRAINTS. *Eccos*, n. 41, p. 31, 2016. Disponível em : <https://www.redalyc.org/pdf/715/71550055003.pdf>. Acesso em 25/05/19.

SACRISTÁN, José Gimeno. A função aberta da obra e seu conteúdo. In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013. p. 9-14. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/10-%20Sacristan-%20Saberes%20e%20Incertezas%20sobre%20o%20Currículo%20-%20Cap%201.pdf> . Acesso em: 09/02/19.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática.** Catedrático de

Didática, Universidad de Valencia. 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **movimento-revista de educação**, n. 4, 2016. Disponível em : <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296>. Acesso em 10/04/19.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera Lúcia. A construção de uma base comum nacional para a formação de profissionais da educação no Brasil. **Contra Pontos**, v.1, n.1, Itajaí, jan/jun, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. 1. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e a Autonomia da Escola**. 2000. Disponível em : <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0503t.pdf> . Acesso em: 12/03/19.

VASCONCELLOS, CELSO dos S. **Currículo**: a atividade humana como princípio educativo. 3.ed.São Paulo: Libertad, 2011.

**APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido**

**Título da pesquisa:** “O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM SÃO LUIS-MA: uma investigação sobre desafios perspectivas dos educadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”.

**Pesquisadora responsável:** Julyenne dos Santos Maia, graduanda do curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

Sua colaboração é importante e necessária para o desenvolvimento da pesquisa, porém sua participação é **voluntária**.

Trata-se de uma pesquisa relacionada com a criação e implementação da Base Nacional Comum Curricular como uma política marcada por divergências no que tange a diversos aspectos. Nesse sentido, a pesquisa visa investigar a expectativa e a opinião dos professores dos anos iniciais de escolas públicas municipais do ensino fundamental afim de avaliar a percepção, a leitura e a criticidade deste documento que está ligado ao currículo.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista semiestruturada. **Não há quaisquer tipos de riscos** decorrentes de sua participação na pesquisa. Se depois de consentir em sua participação o Sr(a). desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) **Sr(a). não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração**. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas **sua identidade não será divulgada**, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr(a). poderá entrar em contato com a pesquisadora no e-mail: julyennemaia@outlook.com, pelo telefone (98) 984270598.

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, estou ciente que faço parte da pesquisa relatada acima. Contribuirei com dados ao responder entrevistas e questionários, ao ter minhas respostas registradas no trabalho. Declaro estar ciente: a) do objetivo do projeto; b) da segurança de que não serei identificado e que será mantido o caráter confidencial das informações que prestarei; c) da segurança de que a pesquisa relatada acima não me oferecerá nenhum tipo de risco; d) liberdade de recusar a participar da pesquisa.

São Luís, de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
Sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora



## APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com o professor (a)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA  
CURSO DE PEDAGOGIA

Tema da Pesquisa: “**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM SÃO LUIS-MA: uma investigação sobre desafios perspectivas dos educadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**”.

### ENTREVISTA COM O PROFESSOR (A)

1. O que você entende por currículo?
2. Você conhece o documento da Base Nacional Comum Curricular?
3. Qual a sua impressão sobre o documento?
4. Você já teve nesta escola ou através da SEMED alguma discussão ou formação acerca da BNCC?
5. Quais as dificuldades, e os maiores desafios para a implementação da BNCC?
6. Qual o seu posicionamento crítico a respeito dessa política?

## ANEXO 1 – Carta de apresentação às escolas



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
CURSO DE PEDAGOGIA

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos apresentar a V.Sa. a aluna **Julyenne dos Santos Maia**, do Curso de Pedagogia desta Universidade, para realizar suas atividades de pesquisa para a construção do trabalho de conclusão de curso, intitulado **O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM SÃO LUÍS-MA: uma investigação sobre desafios e perspectivas dos educadores dos anos iniciais do ensino fundamental**, nesse estabelecimento de ensino, sob orientação da Profa. Terezinha de Jesus Amaral da Silva

Agradecemos a colaboração dessa instituição com a formação acadêmica de nossos estudantes.

São Luís, de de 2019.

Atenciosamente,

Ilmo(a) Senhor(a),  
Diretor(a) da UEB \_\_\_\_\_  
NESTA